



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2019, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2019, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e dezenove, conforme Edital de Convocação publicado aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e dezenove no Diário Oficial do Município de número noventa, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo, demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2019. - O SR. PRESIDENTE:- Havendo número legal, invocamos a proteção e as bênçãos de Deus para declararmos aberta a presente Sessão. O Sr. 2o Secretário procederá a leitura da Ata da Sessão anterior.- O SR. 2o SECRETÁRIO:- (Lê) Ata.- O SR. PRESIDENTE:- Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. (Pausa). Não havendo restrições, declaramo-la APROVADA. O Sr. 1º Secretário procederá a leitura dos expedientes encaminhados à Mesa.- O SR. 1o SECRETÁRIO:- (Lê) Proposições.- O SR. PRESIDENTE:- As proposições lidas terão o seu encaminhamento regimental, com exceção daquelas que dependem da deliberação do Plenário, as quais serão apreciadas na segunda parte da Ordem do Dia da próxima Sessão. Não temos oradores inscritos no horário do Pequeno Expediente. Está encerrado o Pequeno Expediente. Gostaria de agradecer a presença do Sr. Henrique Viana, ele que também é Secretário Contador da Secretaria de Finanças; o Claudinei Nogueira, que é Diretor de Contabilidade e Finanças; Mario Nakatami, meu amigo que também é da Secretaria de Finanças, coordenador de projetos; o Breno Lemos, que é o Superintendente Técnico da Secretaria de Finanças; a Cristina Rios, jornalista da Prefeitura; Pedro Ribas que é o fotógrafo; Adroaldo Castanho, Controladoria da Câmara de Curitiba; Everton Luiz Beckert, Diretor do Departamento de Administração e Finanças; Aline Bogo, Diretora de Contabilidade Financeira; e o nosso Diretor Geral, Daniel Dallagnol. Solicitamos aos Srs. Vereadores que registrem suas presenças no painel eletrônico.- O SR. PRESIDENTE:- Encontram-se presentes trinta e quatro dos Srs. Vereadores, havendo "quorum" para a continuidade dos trabalhos. Conforme o Requerimento nº054.00004.2019, aprovado em 20 de maio de 2019, por este Plenário, os horários reservados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais da Sessão Ordinária estão destinados à realização de Audiência Pública de Finanças, para prestação de contas referente ao primeiro quadrimestre de 2019. A Comissão de

Economia, Finanças e Fiscalização conduzirá esta audiência. Convidamos o Vereador Presidente da Comissão, Paulo Rink, para que faça a abertura da Audiência Pública de Finanças. Pedimos ao Vereador que tome assento junto à Comissão aqui na Mesa. O SR. PRESIDENTE:- Bom dia, Senhor Presidente e Senhores Vereadores. Declaramos aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Gostaria de convidar os Vereadores integrantes da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para fazer parte da Mesa, Vereadores: Professora Josete, Ezequias Barros, Mauro Bobato, Tito Zeglin, Jairo Marcelino, Dr. Wolmir, Maria Letícia Fagundes. Esta Sessão da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização é para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2019, de acordo com o que determina o parágrafo 4º, do art. 9, da Lei Complementar Federal n.º101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e art. 62-A da Lei Orgânica Municipal. Essa audiência pública terá a duração de duas horas, tendo seu início às 9h20min e término às 11h20min. Neste momento convido o Sr. Alexandre Oliveira, Secretário de Recursos Humanos, para fazer parte da Mesa. Agradecemos a presença de todas as autoridades, representantes de associações, entidades, funcionários e dos Senhores Vereadores. Registramos a presença do Secretário Puppi que fará parte da Mesa. Farei um resumo de como procederemos essa audiência, que seguirá mais ou menos esse roteiro: primeiro, a explanação da Sra. Aline Bogo, responsável pela diretoria contábil e financeira quanto à gestão fiscal desse poder legislativo, aí teremos abertas as perguntas à Sra. Aline. Na sequência, a explanação do Secretário Municipal de Finanças, Vitor Puppi, em respeito ao relatório do poder executivo. Concederemos a palavra aos Senhores Vereadores para sugestões e questionamentos. A concessão da palavra se dará da seguinte forma, primeiro aos Vereadores que compõem a Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização; depois aos demais Vereadores; depois aos visitantes que se inscreverão através de um formulário que está sendo entregue na recepção deste plenário. Será concedido o tempo limite de dois minutos para cada inscrito formular a sua pergunta. Concedemos a palavra à Sra. Aline Bogo.- A SRA. ALINE BOGO:- Bom dia, Vereador Paulo Rink, Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Quero estender o cumprimento aos demais Vereadores e também dar as boas-vindas a toda equipe da Prefeitura, Secretário Vitor Puppi, Claudinei e toda a sua equipe, cumprimentar também todos os servidores e cidadãos que aqui estão. O objetivo dessa apresentação é mostrar os dados dos quatro primeiros meses financeiros do exercício de 2019 da Câmara Municipal de Curitiba, da execução orçamentária, atendendo assim o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal e também a nossa Lei Orgânica. Em relação às nossas receitas, o nosso orçamento fixado para o exercício de 2019, ficou em cento e trinta e nove milhões, quinhentos e quinze, depois das emendas que foram realizadas ao final do ano passado. E durante esses quatro meses recebemos do Executivo, através dos duodécimos, o valor total de quarenta e seis milhões, quinhentos e quatro mil, sendo que o valor mensal representa onze milhões, seiscentos e vinte e seis mil. Em relação às receitas da Câmara tivemos, com rendimentos de aplicações financeiras, cento e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e cinco. A receita que temos referente a um contrato com a Caixa Econômica Federal, da nossa folha de pagamento, o valor total do quadrimestre, cento e nove mil, quinhentos e vinte e três. E o valor, com cancelamento de restos a pagar do exercício anterior de contratos que foram feitos, estimados, e que não foram realizados na sua totalidade, de um milhão, quatrocentos e noventa e dois. Esses três valores foram repassados ao Executivo mensalmente, totalizando no quadrimestre o valor de um milhão, oitocentos e dois mil. Em relação às nossas despesas, de um orçamento de cento e trinta e nove mil, quinhentos e quinze para o ano, foi empenhado no quadrimestre 29% do orçamento, representando quarenta milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil. Temos, com

despesa de pessoal, 76% desse valor, nossa maior despesa, o grupo deu 76.78%; o grupo outras despesas correntes, 22.67% e; o grupo despesas de capital, 0.55%. Em relação às despesas de capital, o valor orçado foi de cento e dez milhões, zero quinze mil, e foi realizado um total de trinta e um milhões e setenta e um. Sendo que os valores estão assim distribuídos: vencimentos e vantagens fixas do pessoal efetivo, dez milhões, trezentos e cinquenta e seis mil; subsídio dos Srs. Vereadores, dois milhões, duzentos e setenta e sete mil; vencimento dos servidores comissionados, dez milhões, novecentos e setenta e seis mil; obrigações patronais com todas as classes de servidores, cinco milhões, cento e dezoito mil; indenizações, dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e; outras despesas menores, um mil, trezentos e sessenta e oito, totalizando então os trinta e um milhões e setenta e um mil. Temos uma representação gráfica da despesa de pessoal. Temos para efetivos, 49% gasto do valor total dos trinta e um milhões e setenta e um mil; vencimentos dos comissionados, 42.27% e um total de 8.72% com os subsídios dos Vereadores. Em relação ao nosso grupo outras despesas correntes, temos do valor orçado, que é de cento e trinta e nove milhões, quinhentos e quinze o total, vinte e quatro milhões e quinhentos. Foi empenhado no total desse grupo, nove milhões, cento e setenta e dois mil. Isso representa 22.67% do total empenhado no quadrimestre, que é de quarenta milhões, quatrocentos e sessenta e oito. O grupo está assim distribuído: benefícios assistenciais, seiscentos e dezesseis mil, quinhentos e noventa e dois; material de consumo, seiscentos e quatorze mil, quatrocentos e cinquenta e um; locação de mão de obra, aqui incluído todos os serviços terceirizados prestados para o Legislativo, um milhão, setecentos e oitenta e oito mil; serviços de pessoa física, setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e setenta; serviços de tecnologia da informação, quinhentos e noventa e dois mil, duzentos e trinta e cinco; outros serviços de terceiros, pessoa jurídica, dois milhões, setecentos e setenta e três; aporte para o IPMC, um milhão, novecentos e oitenta e seis mil e; outras despesas correntes, setenta e seis mil, cento e quarenta. Em relação aos valores liquidados de contratos nesse grupo, temos os seguintes valores: contrato para água e esgoto, vinte e três mil, setecentos e trinta e seis; energia elétrica, cento e sessenta e três mil, novecentos e trinta e cinco; contrato com o IMAP em relação aos estagiários, setenta e oito mil, setecentos e setenta e seis; dois links de internet, sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove; locação de equipamentos telefônicos com a empresa 3CORP, oitenta mil, quinhentos e nove; locação de veículos no quadrimestre, duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e cinco reais. Manutenção de bens imóveis, aqui os serviços de manutenção predial, manutenção de elevadores, plataformas e também de bombas de água, entre outros, cento e trinta e seis mil novecentos e vinte e oito reais. Manutenção de bens móveis, incluindo mobiliário e também máquinas e equipamentos, temos cento e quatro mil novecentos e vinte e dois reais. Manutenção de software, são dois contratos com a empresa Elotech, quarenta e nove mil e oitenta reais. Contrato de postagem com o Correio, cento e trinta e dois mil, novecentos e um reais e telefone, vinte e um mil, trezentos e noventa e um reais. Em relação aos contratos de locação de mão de obra, com a Empresa Embrasil Vigilância, quinhentos e noventa e nove mil, quinhentos e dezesseis reais. Os demais contratos são com a empresa HigiServ Limpeza, duzentos e noventa mil, oitocentos e cinquenta e três reais; recepção e controlador de acesso, cento e noventa e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais; copa e cozinha, setenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais. Em relação a aquisição de material no quadrimestre, temos material de copa e cozinha, vinte e um mil, novecentos e noventa e nove reais; material de higiene, treze mil novecentos e trinta e nove reais; material de processamento de dados, sessenta e um mil, quinhentos e vinte reais e gastos com combustível, cento e vinte e cinco mil e cem reais. Em relação as despesas de capital, temos também aqui no grupo "outras despesas correntes", as despesas de viagem. Temos gastos com diárias no valor total de quatro mil, cento e

quarenta reais; passagens no valor total de onze mil e quarenta e sete reais e hospedagem, quatro mil, setecentos e setenta e dois reais, totalizando o gasto no quadrimestre em dezenove mil, novecentos e sessenta reais. Sendo que desse valor, quinze mil, quinhentos e quarenta e três reais foram gastos dos Vereadores e quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais, gastos com os servidores. Em relação aos investimentos, temos empenhado, nesse quadrimestre, um total de duzentos e vinte e quatro mil, cento e quarenta e sete reais, que representa 0.55% do total empenhado. Em relação as liquidações dos contratos de obras, foram liquidados o contrato referente a reforma dos banheiros dos anexos da Câmara, quatrocentos e vinte e sete mil, oitocentos e quinze reais. Também um contrato com a Construtora Parati de pintura, duzentos e quarenta e dois mil, trezentos e um reais e a obra de regularização do plano contra incêndio e pânico, de quarenta e seis mil, cento e trinta e três reais, obra essa que está sendo finalizada. Em relação aos nossos limites, mostrando que estamos cumprindo o que determina a legislação. Em relação a emenda constitucional que estabelece que a Câmara não pode gastar mais do que 70% da sua receita com folha de pagamento, sendo que essa receita seria o valor máximo que o nosso orçamento poderia chegar, considerando então as receitas de impostos e transferências constitucionais do ano de 2018, o cálculo do orçamento máximo para a Câmara seria de duzentos e um milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais. Então, 70% de valor seriam cento e quarenta e um milhões e quinze mil reais. Os gastos com a folha de pagamento no primeiro quadrimestre foram de vinte e cinco milhões, novecentos e cinquenta e dois mil reais, que representam 12,88% da receita máxima. Se olharmos o gráfico, a primeira coluna seria o valor máximo da nossa receita. A segunda coluna, os 70%, que seria o nosso limitador e a despesa real do quadrimestre com folha de pagamento dos 12%, vendo que mesmo somando os dois próximos quadrimestres, estamos bem longe de atingir esse limitador. Em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece que a despesa de pessoal do Legislativo não pode passar de 6% da receita corrente líquida, considerando o exercício móvel, que são os últimos doze meses, sendo então a partir de maio de 2018 até abril de 2019, temos nesses doze meses, a despesa líquida com pessoal, noventa milhões, setecentos e setenta e seis mil reais. Considerando então que a despesa bruta de noventa e quatro milhões, duzentos e setenta e oito mil reais, esta despesa é a liquidada nos últimos doze meses, e diminuindo então as despesas não computadas que, no caso do Legislativo, seriam as indenizações, no valor de três milhões, quinhentos e dois mil reais, resultando então, essa despesa líquida de noventa milhões, setecentos e setenta e seis mil reais. Se formos comparar com a nossa receita corrente líquida, que é a receita do município, temos a receita corrente líquida de sete bilhões, duzentos e vinte e três milhões de reais, com as deduções, que são as transferências obrigatórias da União e mais a dedução do FUC, temos uma receita corrente líquida ajustada de seis bilhões, quatrocentos e vinte milhões de reais. Considerando a nossa despesa de pessoal nos últimos doze meses, de noventa milhões, setecentos e setenta e seis mil reais, temos um percentual atingido de 1.41%, quando o máximo seria de 6%. Estamos bem longe do nosso limite de alerta que seria de 5.4%. Diminuímos um pouquinho do percentual que era de 1.42% que foi da última apresentação. Para concluir, gostaria de lembrar que foi implantado, em março deste ano, dando continuidade a contratação que foi feita no ano passado, nosso Portal da Transparência ficou mais amigável, favorece a pesquisa de todas as despesas empenhadas e de todos os gastos que foram feitos durante o quadrimestre e também dos exercícios anteriores. Muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Aline. Gostaria que você fizesse parte da nossa Mesa para os questionamentos dos Srs. Vereadores. Após a explanação da Aline abro a pergunta aos Srs. Vereadores, iniciando com a Vereadora Professora Josete. O Vereador Dr. Wolmir está me auxiliando com as inscrições. Com a palavra Vereadora Professora Josete.- A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Bom dia. Na verdade foi bem

interessante, a Aline pautou no final alguns dados que são importantes para analisarmos, em relação ao gasto com pessoal da Câmara. Primeiramente, em relação à despesa propriamente dita da Câmara, que o limite é de 70% de gasto com pessoal e hoje a Câmara está gastando 12.88%. Da mesma forma, em relação a receita corrente líquida do município, que o máximo seria 6%, a Câmara está gastando 1.41%. Então, aproveito esses dados para vermos se já tem alguma novidade. Fizemos uma solicitação à Mesa, um requerimento justamente para saber hoje quanto eram os cargos efetivos, quantos em comissão e qual na verdade é essa proporção. Chegou uma resposta para nós, tem um quadrinho aqui do RH, inclusive, colocando o seguinte: hoje, em relação aos comissionados, temos trezentos e dezessete o total de vagas, ocupadas trezentos e treze e disponíveis quatro. Em relação aos efetivos: trezentos e quarenta e oito o total de vagas, ocupadas cento e sessenta e sete, com cento e oitenta e uma disponíveis. Então, na resposta da Comissão Executiva, anexou-se também a Portaria 115, em que se designou uma comissão especial de estudos, que tem o objetivo de averiguar a necessidade da reformulação da estrutura organizacional do plano de carreira e da realização de um futuro concurso público. Então, só para fazer o questionamento. Concluindo, há uma comissão formada por seis servidores, não sei se a Aline tem essa informação, ou quem puder responder, como é que estão esses estudos. Porque, retomando uma preocupação nossa, que é ter um quadro técnico suficiente em cada comissão, vemos que há um número de vagas enorme para ser preenchido. Então, se já há uma previsão. Gostaria que a Mesa Executiva pudesse responder isso para nós, para que pudéssemos ter a informação. Obrigada.- A SRA. ALINE BOGO:- Obrigada, Vereadora Professora Josete. Realmente, existe essa comissão. Existe a intenção de fazermos um concurso o mais breve possível, e essa comissão foi formada justamente para discutirmos quais são as vagas necessárias, como que se dará esse concurso, como será feito. Não sei se o Everton tem mais alguma informação de como está. O Everton é nosso Diretor Administrativo.- O SR. PRESIDENTE:- Para responder os questionamentos, convidamos o Sr. Everton Beckert para compor a Mesa conosco.- O SR. EVERTON BECKERT:- Bom dia, Srs. Vereadores. Em relação à comissão, ela já está trabalhando, Vereadora. Pela portaria, temos um prazo até o final de julho para apresentarmos um relatório final. A nossa expectativa é que apresentemos até o final de junho. A nossa intenção, hoje, é rever as carreiras. Existem carreiras que acreditamos que podem ser extintas, outras criadas. Então, para que se possibilite o concurso, precisamos rever toda essa questão das carreiras, também precisamos rever a folha de pagamento, que é a revisão do plano de carreiras. Isso também vai acontecer, para possibilitar o concurso. Então, a comissão está trabalhando a todo vapor.- O SR. PRESIDENTE:- Pergunto se há mais questionamentos para o Everton e para a Aline. (Pausa). Então, dando sequência, gostaria de agradecer algumas presenças, antes de o Secretário Puppi iniciar a sua apresentação. Gostaria de agradecer a presença do nosso Diretor Geral, Daniel Dallagnol; do Everton Beckert; da Aline Bogo; do Adroaldo Castanho, da Controladoria da Câmara Municipal de Curitiba; da Cristina Rios, Jornalista da Prefeitura; do Pedro Ribas, Fotógrafo da Prefeitura; do Breno Lemos, Superintendente Técnico de Finanças; do Mário Nakatami, Coordenador de Projetos da Secretaria de Finanças; do Claudinei Nogueira, Diretor de Contabilidade e Finanças; do Henrique Viana, Contador da Secretaria de Finanças; do William Oliveira, Auditor Fiscal de Finanças; do Carlos Kukulj, Diretor de Orçamento e Finanças; do Márcio Heimoski, Gerente de Orçamento da Secretaria de Finanças; do Irineu Iachinski, Analista de Finanças da Secretaria Municipal de Finanças; e da Daniele dos Santos, Superintendente de Finanças. Agradecendo a presença de todos, passaremos agora a palavra ao nosso Secretário Municipal de Finanças para que faça a sua explanação.- O SR. VITOR PUPPI:- Exmo. Sr. Presidente desta Comissão de Finanças, Vereador Paulo Rink, em nome de quem também cumprimento os demais

Vereadores da Mesa; Diretora Aline, parabéns, mais uma vez, pela competente explicação; Exmos. Srs. Vereadores, servidores da Secretaria de Finanças, servidores da Câmara Municipal, servidores do Poder Executivo e demais cidadãos. Hoje é um dia muito importante do ponto de vista fiscal do Município, porque protocolamos agora pela manhã quatro projetos que, sinceramente, mudam o paradigma de Curitiba do ponto de vista fiscal. Como tínhamos falado na última prestação de contas, exercício de 2018, hoje nós consolidamos essa fase dos projetos de lei, e seguem agora, então, para a Câmara Municipal quatro novos projetos. O primeiro deles é a criação do Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal de Curitiba. O segundo, a criação do Fundo de Inovação do Vale do Pinhão. O terceiro, ampliação do programa Nota Curitibana, coordenado pelo Mário Nakatami, que está aqui presente. E o quarto, uma proposta de modificação no Conselho de Contribuintes do Município. Eu vou explicar em detalhes cada um dos projetos, mas nós estamos muito felizes, de fato, de poder trazer à Câmara, num momento em que o Brasil, Presidente, discute questões de socorros a estados e municípios, Curitiba, a partir de uma situação estabilizada depois da votação por esta Câmara do plano de recuperação, dá um passo à frente e agora é a primeira cidade do País a propor um Fundo de Estabilização Fiscal. Mas vamos dar início e vamos aos poucos explicar essas propostas que V.Exas. poderão analisar aí ao longo desse exercício. Então, vamos lá, os novos projetos. A primeira, do Fundo de Estabilização, essa é uma imagem da Cidade de Detroit nos Estados Unidos, que quebrou. No Brasil não temos uma lei de falências ainda para os entes públicos, sejam estados ou municípios, e o que se percebe da experiência internacional é que as cidades que estiveram em momentos de desequilíbrio fiscal lançaram mão com algum sucesso dos Fundos de Estabilização. E qual é a ideia dos Fundos? A verdade é que a cidade quando começa a aumentar a despesa ou diminuir a arrecadação de forma desproporcional começa a empurrar para frente seus compromissos. Foi o que aconteceu em Curitiba quando nós recebemos, em 2017, a cidade. Vale lembrar que nós tínhamos seiscentos e quatorze milhões de reais de despesas sem empenho, também vou trazer a situação atual dessas despesas ao longo da apresentação, e eram despesas, em sua grande maioria, de custeio, também despesas previdenciárias que a cidade não tinha caixa, não tinha orçamento para fazer frente a essas despesas que já tinham sido realizadas. E o município, como eu já tive oportunidade de mencionar, não para de uma hora para outra, ele vai desligando aos poucos, a cidade vai deixando de prestar seus serviços inicialmente discricionários, investimentos, enfim, depois vai deixando de lado a manutenção até o momento que passa a descumprir com as suas obrigações de pessoal. Isso aconteceu em várias cidades e vários estados do Brasil. E qual é justamente a ideia do Fundo? A ideia do Fundo é que os serviços da cidade, em época de crise fiscal, ou seja, quando a receita do Município diminuir, possa ser acessado, garantindo assim a continuidade da prestação de serviço público, evitando com que a cidade seja condenada ao pagamento de juros e correção monetária. Por exemplo: nós temos trinta e oito milhões de reais de pleito da empresa que faz a manutenção da coleta de lixo na Cidade de Curitiba, referente à faturas atrasados entre 2013 e 2016 em Curitiba. Então, a cidade, ao invés de não fazer frente a essas obrigações, pode acessar os recursos do Fundo que será abastecido com recursos principalmente de superavit financeiros a cada exercício. Isso também é bom, porque, vale lembrar, em Curitiba a prestação de contas em 2016 foi anunciado um superavit fiscal que não existia a bem da verdade, porque existiam despesas por fora do orçamento. Então, mesmo nesse caso, o gestor vai ser obrigado a contribuir anualmente com uma parcela, não é a totalidade, mas uma parcela do esforço fiscal para este Fundo de Estabilização. Então, tem por objetivo atenuar os efeitos de crises econômicas e fiscais. Ele também pode ser usado nas hipóteses de calamidade pública. Ou seja, aquelas situações em que um desastre, a ocorrência de um evento extraordinário possa comprometer a resposta que o poder

público tenha a dar para a cidade. Então, por exemplo, quando cai uma ponte, acontece uma enchente, um incêndio, enfim, os recursos poupados pela cidade poderão ser acessados justamente para fazer frente a essas despesas. O ingresso, como eu disse, no fundo depende do superavit. Então, é claro, nos exercícios em que a prefeitura, o Poder Executivo não tiver o superavit não se contribui para o fundo, mas naqueles que existir o superavit até 20%, entre 10 e 20%, conforme o valor financeiro, serão destinados a este Fundo de Recuperação da cidade de Curitiba. Temos também, obviamente, um limite para o fundo, porque o fundo não pode ser tão capitalizado de modo a suplantiar recursos do município. Então, estimamos um limite de 8% para o Fundo de Recuperação. E por que os 8% do fundo? Hoje 8% da nossa receita corrente líquida equivale a aproximadamente quinhentos e cinquenta milhões de reais que deve ser atingido ao longo de vários anos. É claro que o município não tem capacidade de colocar todo esse dinheiro de uma vez só no fundo. Mas por que os 8%? Porque é o que nós imaginamos como patamar que a cidade pode responder de até trinta dias, então corresponde justamente a trinta dias do orçamento da cidade. É uma métrica utilizada em fundos internacionais que foram acessados, por exemplo, durante as crises americanas em 2002, em 2008, os fundos foram acessados pelos estados e pelas cidades, aqueles que já tinham feito essa provisão, e evitaram a paralisação de serviços públicos naquelas localizações. Então, a utilização dos recursos do fundo é restrita. Vai depender inclusive da aprovação de V. Exas., mediante um quórum qualificado de dois terços da Câmara Municipal. Então, o Executivo vai reservar recursos, vai existir um trâmite junto a um Conselho Curador, vou explicar depois, e somente pode ser acessado o recurso, poderá ser acessado se a Câmara, por dois terços dos seus membros, aprovar o acesso a esse recurso. E para qual finalidade? A primeira é para recompor aquelas dotações orçamentárias que foram afetadas em razão da queda da receita. Isso pode ser a serviço da população, pode ser para pagar inclusive despesas de salário, se for o caso, ou até mesmo previdenciárias da Previdência do Regime Próprio ou da Previdência Complementar da cidade de Curitiba. Também do serviço da dívida que hoje é pequeno em Curitiba, mas também pode ser utilizado para esta finalidade. Vale lembrar ainda que a criação do fundo mostra que Curitiba pode dar um passo a mais, inclusive para emitir no futuro títulos. Eu já havia conversado sobre isso com o Vereador Bruno Pessuti, hoje os municípios são impedidos de emitir título em razão de uma lei federal, mas, por que não, por que Curitiba não pode usar a sua capacidade, a sua garantia de liquidez justamente para fazer novos investimentos. E nos parece que o fundo é um passo importante nesse sentido. Então, com relação às situações de calamidade pública, que também depende de aprovação da Câmara, como eu disse, em casos de despesas emergenciais o fundo pode ser acessado. Vale lembrar que o fundo não deve ser acessado para investimentos permanentes. O fundo é um fundo de emergência, é um recurso que justamente ficará a serviço do poder público mas para recompor dotações e garantir a continuidade, e não para investimentos. Para investimentos nós usamos os recursos da nossa Lei Orçamentária Anual. Então, como vai funcionar o fundo? O gestor, por parte da Secretaria de Finanças, vai identificar a queda na receita. Que receitas são essas? São as receitas tributárias do município somadas às transferências constitucionais obrigatórias. Então, se essa receita cair a determinado percentual, o município, o gestor, pode identificar a necessidade de acesso ao fundo, e promove o contingenciamento de dotações orçamentárias nesse sentido. Ele, então, informa o Conselho Curador, que é responsável pela política de investimentos do fundo. Esse Conselho Curador, por meio de um processo administrativo, encaminha ao prefeito municipal a necessidade de acesso ao fundo, e o Prefeito encaminha à Câmara a sugestão de utilização dos recursos do fundo, mediante aprovação de dois terços dos membros do Legislativo. E, finalmente, um agente fiduciário, e essa também é uma outra novidade, ou seja, a instituição financeira vai ter obrigações também com

relação ao fundo, e só vai poder liberar o dinheiro se todo esse trâmite for cumprido. Então, diferente de qualquer fundo que o município pode acessar livremente, por meio de um contrato firmado com a instituição financeira, que será fruto de um processo licitatório, o fundo poderá ser acessado. Esse é, em poucas palavras, o funcionamento do nosso Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal, e é o primeiro fundo dessa natureza no Brasil. Nós nos inspiramos em cidades que já sofreram algum tipo de crise financeira, principalmente fora do Brasil. E, curiosamente, aquelas cidades que sofreram crises no passado, hoje são municípios mais sólidos, seja no Brasil ou fora, a exemplo de Washington, que hoje é uma cidade que tem uma respeitabilidade financeira muito interessante, mas sofreu uma crise terrível, e constituiu seu fundo justamente como resposta a esse tipo de situação de crise fiscal. No instrumento anticrise vale dizer que isso é bem importante, do ponto de vista da sociedade, do contribuinte. Ao invés da cidade ter que lançar mão de aumento de impostos, ao invés da cidade ter que lançar mão do aumento de taxas decorrentes da queda da arrecadação, a cidade pode acessar o fundo nesses momentos de crise financeira, até porque, no Brasil, por mais que se aumente tributos, pelo princípio da anterioridade tributária esse aumento só vem a surtir efeito no exercício seguinte. Mas, existem situações em que o município tem urgência de acessar o recurso. Justamente por isso, a medida da queda da receita equivale a dois bimestres. Então, se em dois bimestres a receita cair a determinado percentual, o município já pode acessar esse fundo, ao invés de requerer à Câmara o aumento de tributos. Então, é um instrumento de planejamento público, e vem ao encontro de uma necessidade do município de planejamento fiscal. Nós, a partir do Plano de Recuperação aprovado aqui, conseguimos prever com maior segurança quais serão os nossos aportes previdenciários, quais serão as nossas despesas, e esse fundo fornece, de certa forma, mais um instrumento da política fiscal do município para o planejamento de médio a longo prazo, mediante regras para a utilização dos recursos e a proteção, principalmente, dos gastos sociais. Então, esse recurso, vale lembrar, não é destinado apenas aos fornecedores, mas também ao salário dos servidores, que também acabam sofrendo nesses momentos de crise fiscal dos municípios, que vão acontecer. Vale lembrar que nós estamos propondo uma solução para daqui a dez, vinte anos. Quando será a próxima crise do Brasil, ou de Curitiba, ninguém sabe. Curitiba, nos últimos quinze anos, teve provavelmente uma vez problemas sérios de receita. Na maioria dos exercícios em que houve um descasamento entre receita e despesa, a culpada foi a despesa que subiu em níveis muito superiores do que a receita. Esse é um dado que em 2017 eu já trouxe à Câmara. A questão dos gastos de pessoal, entre 2013 e 2016, terem subido 70%, enquanto a receita corrente líquida subiu 28%. Então, perceba-se que neste período, o grande problema do município foi a despesa, embora em 2016/2017, reconheça-se, a receita também caiu, principalmente, em razão da perda de um contribuinte muito importante para Curitiba que era o HSBC. Então, por que não, se um grande contribuinte sai de Curitiba e tem um impacto forte na cidade, por que não ter justamente um recurso de salva guarda para evitar o comprometimento dos gastos sociais? Vale lembrar que nenhum prefeito de nenhuma gestão quer fechar uma UPA, nenhuma prefeitura de alguma gestão quer fechar escolas. Agora se o recurso não é suficiente qual seria a medida a ser lançada? Seria diminuir os serviços ou justamente ter uma retaguarda que é o Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal, o Funrec. Então, esse é o fundo de Curitiba e que nós hoje tivermos lá a satisfação de protocolarmos aqui na Câmara Municipal. Aí outro projeto que havíamos anunciado e hoje finalmente é protocolado, Fundo de Inovação do Vale do Pinhão, em consonância com a Lei de Inovação que foi aprovada aqui na Câmara Municipal, a Agência Curitiba vai ser gestora desse fundo, que também será administrada por uma instituição financeira, e tem o objetivo de facilitar o crédito a empresas de inovação, às startups e empresas de inovação em Curitiba, com uma dotação inicial

de dez milhões de reais. Esse recurso dos dez milhões ainda será, em momento posterior, suplementado no fundo. Agora a lei é justamente para a criação do Fundo de Inovação do Vale do Pinhão, para consolidar Curitiba como a cidade inovadora do Brasil. Queremos que o contribuinte fique aqui, mas, principalmente, que os talentos que são gerados na cidade também permaneçam em Curitiba com essa facilitação do Fundo do Vale do Pinhão. Inicialmente, com dez milhões de reais. O fundo se alimenta sozinho, esse dinheiro não é dado pelo contribuinte, ele facilita o crédito ao contribuinte para fazer frente a grandes competições que existem em outras cidades do País com relação à inovação. Todos os municípios querem um pouco das startups, um pouco da inovação disruptiva desse recurso, evidentemente, que acaba indo para outras cidades, principalmente para São Paulo hoje, que acaba sendo, do ponto de vista de arrecadação, um grande centro, especialmente em relação aos aplicativos de transporte que recolhem INSS nessa cidade, em detrimento de outras cidades como Curitiba. O terceiro projeto é a nova fase do Programa Nota Curitibana, inclusive acolhendo algumas sugestões aqui da Câmara Municipal, do ponto de vista do programa. Estamos sugerindo a ampliação do programa para a utilização dos créditos para o cartão do transporte coletivo. Então, vamos poder abastecer o cartão do transporte coletivo com os créditos do Programa Nota Curitibana. Então, quem pede nota fiscal terá a oportunidade de abastecer seu crédito, seu cartão do transporte coletivo, também utilizar aplicativos de transporte, como Uber, 99, enfim, também outros aplicativos de mobilidade como bicicletas, poderão ser pagas com o crédito da Nota Fiscal Curitibana, mediante um processo de credenciamento que será aberto pela Prefeitura, tão logo a lei seja discutida e depois aprovada aqui na Câmara Municipal. Como uma sugestão aqui também da Câmara, estamos ampliando a utilização dos recursos, uma sugestão do Vereador Professor Silberto, para as associações de pais, professores e funcionários. Também para as Organizações de Proteção Animal, uma sugestão muito bem vinda da Câmara. Por que estamos fazendo isso? Porque precisamos que essas associações sejam parceiras, do ponto de vista de responsabilidade fiscal. Precisamos que elas divulguem o programa para o contribuinte, elas têm acesso ao contribuinte, e fazem parte da educação fiscal do município, o que não é melhor do que associações de pais, professores e funcionários incentivarem as crianças a pedirem a nota fiscal no Município de Curitiba. Em breve também iremos facilitar ainda mais a emissão da nota fiscal de Curitiba, por meio de aplicativos, enfim, isso está em estado aqui no Município de Curitiba e em breve iremos lançar também uma nova etapa no que diz respeito à facilitação da nota fiscal aqui no Município de Curitiba. O quarto projeto que eu não coloquei aqui, mas é um projeto também importante do ponto de vista fiscal para o Município, é a modificação na composição do Conselho de Contribuintes. Nós estamos sugerindo, além dos procuradores municipais, Curitiba hoje tem um Conselho de Contribuintes composto somente por procuradores municipais, um conselho que funciona, mas sugerimos também que auditores fiscais façam parte do conselho, a espelho do que acontece em todas as outras capitais no País, e também no CARF, na Receita Federal. Nós tivemos uma experiência muito bem sucedida em que a Câmara aqui aprovou que o recurso de primeiro grau - vale dizer que o Conselho de Contribuintes é recurso de segundo grau - fosse julgado pelos auditores fiscais, e nós conseguimos em um ano zerar um fila de cinco anos que estava pendente no Município na Junta de Julgamento Tributário. Então, quem tiver interesse no site da Prefeitura Municipal, da Secretaria de Finanças, existe numa aba esquerda um tema chamado Junta de Julgamento Tributário. Agora, em maio e junho de 2019, conseguimos zerar essa fila de cinco anos mediante o trabalho dos valorosos auditores fiscais, que agora também achamos interessante que sejam, ao lado dos procuradores, membros do Conselho de Contribuintes. Esse é o quarto projeto de lei que foi protocolado hoje aqui na Câmara Municipal. Agora, passados os projetos de lei, qual é o nosso cenário fiscal neste primeiro

quadrimestre? Vale lembrar que esse é o primeiro quadrimestre, então a execução do orçamento se dá ao longo do exercício mas alguns sinais, principalmente do ponto de vista do que se discute hoje no País, a crise que o Brasil atravessa do ponto de vista federal, a queda das previsões do PIB, isso tudo impacta em Curitiba. Poderia ser um cenário, se a situação não melhorar, até mesmo de acesso no futuro do próprio Fundo de Estabilização. Porque o cenário do governo federal indica realmente a preocupação do ponto de vista fiscal, não só para Curitiba, mas também para os outros estados. Curitiba ainda tem a segurança de poder contar com resultados positivos no exercício de 2018 que nos dão uma certa tranquilidade com relação às nossas despesas de 2019. Então, com relação à receita total, Curitiba teve até agora uma receita, nesse primeiro quadrimestre, de três bilhões, cento e oitenta e nove milhões, dos quais as receitas correntes, ou seja, a receita tributária e a transferência, somam quase três bilhões de reais, dois bilhões, novecentos e doze, uma variação negativa em termos reais, de 0,96%. As receitas de capital, tivemos uma queda de 50%. Essa queda decorre da diminuição de repasses de investimentos de convênios por parte do governo federal. Então, enquanto no primeiro quadrimestre de 2018 tivemos um recurso na ordem de vinte e quatro milhões de reais do Ministério das Cidades, nós não tivemos o mesmo recurso em 2019, e aí está justamente a nossa queda de 50% nas receitas de capital. São aquelas destinadas a investimentos da cidade. Com relação às receitas intraorçamentárias, principalmente, o regime próprio da previdência social, essa queda de 56%, na verdade um ajuste contábil, porque em 2018 finalizamos o processo de compensação do indébito tributário do IPMC com a Prefeitura de Curitiba. Então, vale dizer que todos os aportes do IPMC, a partir de 2017, são pagos rigorosamente em dia a partir da inclusão dos aportes no orçamento da Cidade. Essa era uma despesa que não existia, uma despesa que a gestão passada não tinha incluído no orçamento, se passava recursos, se existissem sobras, e não foi por menos que a Cidade acumulou uma dívida de quinhentos milhões de reais. Vejam o tamanho da dívida do IPMC, quinhentos milhões de reais entre 2014, 2016, que é mais ou menos o que nós imaginamos para limite do Fundo de Recuperação ao longo de dez, quinze anos. Então, vejam que uma execução orçamentária atrapalhada, vamos dizer assim, pode causar de prejuízos à cidade, quinhentos milhões de reais que o contribuinte curitibano pagará ao longo de quase vinte anos ao Instituto de Previdência. Então, tivemos, do ponto de vista das receitas, uma variação negativa nesse primeiro quadrimestre, principalmente, influenciada pela diminuição de repasses do Governo Federal, de 1.66%. A receita com os aplicativos de transporte. Como Curitiba tem recebido a arrecadação dos aplicativos de transporte por meio do preço público que é cobrado, não só em Curitiba como depois também em outras cidades que acabaram adotando o mesmo modelo proposto aqui, então, em vinte meses, Curitiba arrecadou, aproximadamente, vinte e cinco milhões de reais com os aplicativos de transporte. Quatro entidades credenciadas em Curitiba que arrecadam em torno de um milhão e duzentos mil reais por mês. Esta é a média mensal que temos em Curitiba com os aplicativos de transporte. Não computados neste cálculo as bicicletas, os patinetes, em que não há cobrança de preço público. Só há cobrança para aqueles que utilizam carro. Um dado interessante com relação aos aplicativos, quatrocentos e dezesseis milhões de quilômetros percorridos em Curitiba, que equivale a quinhentas e quarenta e uma vezes a ida e volta da terra à lua. Para mostrar o quanto os aplicativos funcionam. E, não é segredo, funcionam como resposta à crise de desemprego no Brasil. Quem usa aplicativo sabe que muitos dos motoristas são desempregados que encontraram nos aplicativos uma forma de subsistência. (slide) Os nossos dados atualizados do Programa Nota Curitibana, que também fizeram parte do plano de recuperação aprovado aqui na Câmara Municipal de Curitiba. Então, com bastante alegria, superamos no início do ano cem mil participantes no Programa Nota Curitibana. É um marco muito importante para nós,

mais de cem mil inscritos no programa, temos mais de quarenta e três mil cidadãos premiados que poderão agora utilizar também os seus créditos, depois de aprovada a lei pela Câmara, no transporte coletivo, nos aplicativos de transporte, enfim, incentivando ainda mais o Programa do Nota Curitibana. Outro dado bastante interessante, tivemos um aumento significativo na emissão de notas fiscais, 22,5% de aumento na emissão de notas fiscais, que geram créditos, desde o início do programa. Com relação ao ISS. Em Curitiba o ISS ainda é e já há algum tempo, o principal tributo do Município de Curitiba em comparação com os outros tributos arrecadados aqui. Tivemos no primeiro quadrimestre uma melhora no ISS, um aumento real de 5.38%. Já adianto que a recuperação do ISS, que ainda não está nos níveis de 2014, 2015, surge justamente para ofuscar a queda que temos em transferências recebidas, tanto do Estado do Paraná como do governo federal. Do ponto de vista dos principais ramos e segmentos do ISS. Tivemos um acréscimo no apoio técnico jurídico contábil, que é a nossa principal receita do ponto de vista do ISS, de 11%; saúde e assistência médica, um acréscimo real de 0.91%; construção civil, uma queda que reflete também ainda na crise com relação ao segmento, não só em Curitiba como no Brasil, de 1.34%; e quase passando, ultrapassando o segmento de construção civil, a informática, informática subiu 13.2% no primeiro quadrimestre quando comparado com o ano passado, é por isso que queremos incentivar também ainda mais as startups, o programa do Tecnoparque, por meio da criação do Fundo do Vale do Pinhão para fomentar esse tipo de atividade na cidade; e em quinto lugar, bancos, instituições financeiras, que já teve uma arrecadação muito maior em Curitiba, com acréscimo de 4.25%. Aliás, os bancos também em Curitiba, por que não, Curitiba poderá ser sede também desses bancos virtuais. Hoje o usuário do banco, essa nova geração não precisa mais ir às agências, pode acessar o banco pela Internet, esses bancos, essas fintechs que têm sido criadas no país. Queremos também que essas fintechs utilizem Curitiba como sede de suas atividades, justamente para que o recurso fique para a cidade. Aí a arrecadação do ISS. Em termos percentuais se percebe uma queda muito significativa entre 2016 e 2017 de 19% e a partir daí temos conseguido recuperar a arrecadação do ISS, mas não em patamares como 2014 e 2015. Com relação a nossa meta de arrecadação, temos 34% do que imaginamos arrecadar já nos cofres públicos para 2019, restando ainda 65%. Com relação ao ISS estamos dentro da nossa meta fiscal, um pouquinho acima do que estivemos em 2018. Tivemos um acréscimo real na arrecadação do IPTU de 3,64%, um pouco inferior ao que observamos em 2018, mas ainda assim dentro da nossa expectativa para o exercício de 2019. O IPTU, vale dizer, por mérito da aprovação de um novo regime de planta genérica em 2014, vem crescendo e vem ocupando as quedas das transferências constitucionais. Realmente, temos crescido com a arrecadação do IPTU. A principal resposta foi em 2016, 8.31% e mantivemos aí um percentual de crescimento ao longo dos últimos anos. O IPTU é um imposto extremamente importante no Município, não só porque se aproxima do ISS, mas principalmente porque faz com que Curitiba tenha mais de 60% da receita decorrente de tributos próprios, o que é uma exceção no Brasil. Existem Municípios no Brasil ou no Paraná, inclusive, que recebem mais de 90% dos seus recursos do Governo Federal ou do Governo do Estado. Então, Curitiba tem a capacidade de responder a situações difíceis, justamente em razão da arrecadação de IPTU, ISS, ITBI e também da taxa de lixo. Com relação a meta do IPTU, estamos um pouco abaixo de 2018, 52%, porque boa parte dos contribuintes opta por pagar à vista o valor e utilizar o desconto, então tivemos um percentual um pouco inferior do que em 2018, mas ainda assim dentro da nossa expectativa com relação a 2019, para esse primeiro quadrimestre. No ITBI tivemos uma queda real de 7%, bastante significativa do ponto de vista do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e essa queda casa com a desaceleração da construção civil. As pessoas estão comprando menos imóveis, estão efetuando menos transações imobiliárias, quando comparado

com 2018. Em 2018 teve um patamar melhor, inclusive em razão da modificação na cobrança do ITBI, aprovada aqui também na Câmara Municipal, que passa a exigir o pagamento do tributo na escritura e não mais no registro da matrícula, a exemplo do que acontece em outras cidades. Em relação ao ITBI se percebe uma queda bastante acentuada ali em 2016, uma recuperação entre 2017 e 2018 e agora, novamente, uma queda, porque esse tributo depende justamente do aquecimento da atividade imobiliária em Curitiba, que acompanha o segmento aí no País. Estamos um pouco abaixo do que arrecadamos em 2018, do ponto de vista financeiro e também de meta. Arrecadamos 27% do ITBI em 2019 e ainda temos um longo caminho em relação ao quadrimestre e esperamos que as reformas do governo federal deem resultado e que a retomada de confiança do cidadão brasileiro estimule a recuperação do segmento e também a nossa arrecadação de ITBI. Aí com relação a evolução da receita tributária nesse primeiro quadrimestre, percebam que arrecadamos mais IPTU do que ISS, por quê? Por causa do pagamento à vista, que é feito no início do ano do IPTU. Arrecadamos quatrocentos e trinta milhões de reais com o IPTU e quatrocentos e vinte e oito milhões de reais com o ISS. Imposto de Renda Retido na Fonte, que decorre dos pagamentos que o município faz a fornecedores e também aos servidores, o município retém essa parcela do imposto de renda e fica já disponível para a utilização nos cofres públicos, cem milhões de reais; as taxas, principalmente a taxa de lixo, cento e oito milhões de reais. Perceba-se uma queda na taxa de lixo, mas essa queda não surpreende porque o que aconteceu, na verdade, foi que a taxa de lixo teve o mesmo preço mantido ao contribuinte. Não houve acréscimo nem de correção monetária da taxa de lixo entre 2018 e 2019. Então, esse percentual de queda é bastante aceitável justamente em decorrência da inflação. Não corrigimos, por isso o tributo caiu. Em contrapartida, conseguimos, por meio de um trabalho da Secretaria de Meio Ambiente, diminuir o valor da coleta de lixo em Curitiba. Então, acreditamos que vamos fazer frente, com alguma tranquilidade, do ponto de vista dos pagamentos da empresa que coleta o lixo em Curitiba. O ITBI, noventa e dois milhões. Uma queda bastante significativa. E aí sim, o pior cenário que temos são as transferências correntes, que venho há tempos insistindo aqui e demonstrando que Curitiba é penalizada pelos critérios atuais de transferências correntes, tanto do ponto de vista federal quanto, principalmente, do ponto de vista do ICMS. Percebam que com relação ao SUS, que é uma transferência extremamente significativa para a cidade, tivemos uma queda nesse primeiro quadrimestre de 12%, número muito significativo, em torno de trinta milhões de reais, quando comparado com o exercício de 2018. O SUS tem uma volatilidade muito grande nas suas receitas. Depende também da comprovação das despesas, enfim, mas a Secretária de Saúde, Márcia Huçulak, tem que fazer frente à continuidade dos serviços, mesmo com a queda da arrecadação do SUS. Sempre preocupa o SUS, porque o SUS não depende só do município, depende da União Federal. E em segundo, o ICMS. Curitiba vem perdendo muito nos últimos anos. Em razão da queda do índice de participação da cidade no ICMS, perdemos 6.52% quando comparado a 2018. É um dado grave, é um dado que nos preocupa, porque temos sempre que fazer frente às nossas receitas tributárias para equilibrar a perda que temos com relação ao ICMS. Então, se o IPTU subiu, que bom, que ótimo!, mas isso acaba não significando um acréscimo na arrecadação da cidade, porque serve para compensar o que temos perdido em decorrência das transferências do Estado do Paraná. Os recursos do Fundeb também caíram quando comparados ao exercício anterior, 4.44%. O IPVA vou mostrar depois porque caiu 0.94%, e o Fundo de Participação aos Municípios que segue uma média, às vezes cai, às vezes sobe, mas também não tem uma variação tão expressiva no município de Curitiba, subiu 3.93% no primeiro quadrimestre. Convênios de capital, já mencionei que a principal diferença foram recursos da União Federal, nove milhões, cento e sessenta e um, uma queda de 68%. Outras transferências correntes, um valor menor, quatorze

milhões, um aumento de 16%. Convênios correntes, uma queda de 97%, mas é uma base de cálculo pequena, setenta e cinco mil reais. Recursos do FNDE, que vão para a educação, mantiveram-se quase estáveis, 0,89%. Outras transferências de capital, 59,3%, são os recursos que Curitiba recebe de outros entes destinados a investimento. Percebam também que Curitiba tem que lançar mão de recursos do tesouro municipal para fazer frente a investimentos. E é isso o que tem acontecido, as operações de manutenção da cidade, o asfalto, enfim, uma parte, a maior parte, posso dizer, sai também dos cofres do município de Curitiba. Com relação à evolução da receita tributária, sempre trago esse gráfico à Câmara, e é um gráfico muito importante, porque demonstra que o problema da cidade entre 2013 e 2016, talvez 2016 não, mas, principalmente, se se pensasse em poupar recursos nos tempos de bonança, como estamos propondo que a cidade faça mesmo em tempos de depressão fiscal, tinha uma situação muito mais tranquila do ponto de vista de arrecadação em 2014 e 2015. Não era uma crise assustadora naquele período. Teve uma crise no último ano, 2016, mas o problema de Curitiba não era a receita, era sim a despesa que crescia em um percentual muito maior que a receita. Aqui estão os dados, não dá para pensar diferente quando se percebe que em 2015 o ISS equivalia a um bilhão, duzentos e noventa e cinco milhões de reais e, hoje, previsão para 2020 na nossa LDO que, aliás, a superintendente, a Daniele, estará aqui apresentando a Lei de Diretrizes Orçamentárias à Câmara, estima-se uma receita de um bilhão, duzentos e cinquenta e oito milhões de reais. O IPTU, a segunda linha, como eu disse, vem numa crescente nos últimos anos, a partir de 2014; mantivemos o crescimento. Aí, a terceira linha, o Imposto de Renda Retido na Fonte; depois o ITBI; e a última linha, a taxa de lixo, que teve sim um crescimento muito significativo depois da aprovação aqui na Câmara da desvinculação do IPTU para a taxa de lixo. Então, hoje todos contribuem de forma igualitária, salvo aqueles em situação de vulnerabilidade social, que são isentos, e aqueles imóveis de menor valor, que também têm um desconto de 50% na taxa. Curitiba, hoje, paga em dia a sua empresa de coleta de lixo. Próximo slide. E esse gráfico que nos preocupa, principalmente do ponto de vista do ICMS. Se é verdade que o Fundo de Participação dos Municípios, da União Federal, aquela linha azul embaixo, cresce alguma coisa, um pouquinho, mas cresce, já com relação ao ICMS a queda é brutal. Então, percebam também que, em 2013, 2014, a receita era de oitocentos e vinte e cinco milhões, e para este ano de 2019 projetamos apenas seiscentos e quarenta e nove milhões de reais. É um recurso que faz muita falta ao Município de Curitiba e que temos sempre que lançar mão de outras alternativas para fazer frente à queda do ICMS. Vou mostrar um pouquinho por que. Próximo slide. Então, essa é a principal razão da queda do ICMS de Curitiba, é a queda do nosso valor adicionado. O que é o valor adicionado? O que significa o valor adicionado do ICMS? Significa tudo aquilo que as empresas que estão em Curitiba vendem, deduzido o que elas compram, as entradas. Esse é o valor adicionado. O valor adicionado responde por 75% do índice de participação da cidade no ICMS. E tivemos aí uma queda de 28% no valor adicionado. Isso significa que as empresas estão deixando Curitiba nos últimos anos. Tivemos várias empresas, sempre cito o caso da Ambev, que deixaram a cidade, e isso tem diminuído a arrecadação de Curitiba. Mas, mesmo assim, vou mostrar na próxima tela, não é um critério que me parece justo do ponto de vista fiscal. Então, percebam aí que o valor adicionado, como eu disse, corresponde a 75% desse índice. Esse critério depende de uma emenda constitucional para ser modificado. Existe uma PEC, que está tramitando no Congresso Nacional, que propõe a modificação desse critério. Isso deve seguir em frente até por uma pressão dos municípios, que se veem injustiçados com esse tipo de distribuição. Aí são os outros critérios: produção agropecuária, que Curitiba praticamente não tem; habitantes; população rural; fator ambiental, que são os parques, as áreas de preservação; propriedades rurais; área territorial; e um índice fixo da Secretaria da

Fazenda do Estado. É assim que se compõe o ICMS. Próximo slide. E aí o IPVA. Eu trouxe esse dado para mostrar a nossa realidade, até do ponto de vista de planejamento urbano, e como que a Cidade tem percebido o IPVA do ponto de vista do número de veículos na Cidade. Então, percebam que Curitiba teve uma queda no número de veículos tributados. Em 2018, tínhamos novecentos e trinta mil veículos tributados aqui em Curitiba. Então, do que o Estado arrecada de IPVA correspondente a esses veículos, 50% fica para o Município de Curitiba. Tivemos uma queda de 1%, para novecentos e vinte mil veículos. Ou seja, o número de veículos está diminuindo em Curitiba. Em contrapartida, existe um acréscimo no número de veículos em cidades menores, como Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Colombo. Isso é uma realidade. Às portas dos veículos autônomos, que devem, no futuro, começar a aparecer também no Brasil, estamos diminuindo o número de veículos em Curitiba. Isso tem um impacto inclusive do ponto de vista de planejamento urbano, e aqui os técnicos do Ippuc certamente já estão pensando nisso. (Manifestação da plateia). Emplacamentos, sim. Os veículos antigos permanecem, né? (Manifestação da plateia). Sim, sem dúvida nenhuma. Pode passar para o próximo slide. Quero passar esse do ICMS. Esse sim é um gráfico bastante significativo. Então, quais são os maiores municípios do ponto de vista de arrecadação do ICMS no Estado do Paraná? O primeiro é Curitiba, com uma receita prevista, estamos falando disso, essa base deve ser 2020, tem uma divergência aí com relação ao número passado, setecentos e setenta e cinco milhões, esse número da Secretaria da Fazenda do Estado, não é um número nosso, essa é a base. Então, enquanto Curitiba tem uma receita de setecentos e setenta e cinco milhões de reais para uma população de um milhão, oitocentos e setenta e nove mil, Araucária tem uma receita muito maior proporcionalmente, quinhentos e quatro milhões para uma população de apenas cento e trinta e três mil pessoas. Enquanto isso, a Região Metropolitana continua utilizando os nossos serviços públicos, as nossas UPAs, enfim, recebendo mesmo assim, proporcionalmente, um valor muito grande de ICMS, penalizando, por assim dizer, Curitiba. Então, depois vem São José dos Pinhais, com duzentos e noventa e sete mil habitantes, que recebe trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais. Então, percebam a injustiça desse critério do ponto de vista populacional, como pode uma cidade com quase dois milhões de habitantes receber pouco mais do que uma cidade com cento e trinta e três mil habitantes? Não é por menos que é mais fácil do ponto de vista fiscal se diminuir uma tarifa de ônibus numa cidade aqui e acolá, em que se arrecada muito mais por número de habitantes, do que Curitiba arrecada. Então, Curitiba tem que fazer frente aos serviços públicos, muitas vezes abastecendo também cidadãos, moradores dessas cidades da região metropolitana, mesmo assim recebendo uma parcela pequena do ICMS. O ICMS, que é nossa segunda principal receita, a primeira é o ISS e depois o ICMS, logo ali próximo ao IPTU. Do ponto de vista das despesas: apresentei o cenário das receitas, um cenário que demanda atenção com relação ao cenário federal principalmente, e vamos agora nos ater às despesas. Nós tivemos também uma queda nas despesas correntes em termos reais de 4,27%. Como se explica essa queda de despesas do município? Primeiro, pelo esforço fiscal que o município tem feito, revisão de contratos, também pela diminuição das despesas de exercícios anteriores. Então, enquanto o município, isso eu disse em 2017, gastava e gastava muito dinheiro do orçamento nos primeiros bimestres para pagar dívidas dos anos anteriores, vale dizer, em 2017 nós teríamos que pagar seis meses do maior contrato da Prefeitura, que é contrato do lixo, quase vinte milhões a parcela, com orçamento do ano de 2017, então, hoje nós gastamos muito pouco, são exceções que nós utilizamos, as chamadas despesas de exercícios anteriores. Isso implicou também numa queda das despesas correntes, somada a um ajuste na metodologia do empenho que nós fizemos, passamos a empenhar mensalmente algumas despesas, antes empenhávamos de forma global no início do ano. Despesas de capital,

acompanhadas com uma queda da receita de capital, mas nas despesas de capital nós caímos 21%, reservas sem variação e as despesas intraorçamentárias, que casam com as receitas intraorçamentárias, o mesmo número, duzentos e sessenta e seis milhões de reais, principalmente o RPPS, ou seja, o Regime de Previdência. Então, tivemos aí, em termos gerais, uma queda de despesas de 5,30%, o que significa que o Município, mesmo que a receita se mantenha estável ou caindo um pouco, por assim dizer, as nossas despesas não estão extrapolando as nossas receitas, mantemos um cenário saudável nesse ponto fiscal. Com relação à despesa de pessoal. Pessoal, encargos sociais, até o primeiro quadrimestre tivemos uma queda, praticamente estável, 0,27%, gastamos um bilhão, cento e dezenove milhões de reais; outras despesas correntes, que é o custeio do Município, gastamos um bilhão, cento e quarenta e dois milhões de reais, diminuimos os nossos juros e encargos da dívida, porque estamos cada vez mais pagando as dívidas e diminuindo o valor das dívidas do Município, com relação aos exercícios anteriores, 8,26% a queda. Aí amortização da dívida, uma queda de 34%; inversões financeiras são aqueles recursos destinados ao aumento de capital, tanto da Cohab, como da Urbs, enfim, das nossas companhias, uma queda de 42%, esse número deve subir, subir que eu digo, se tornar próximo da realidade do ano passado, ao longo do exercício porque estamos monitorando também as companhias indiretas. E aí os investimentos, uma boa notícia, os investimentos vêm subindo em Curitiba. Então, por força, por esforço do recurso próprio do município, tivemos um aumento mesmo com a depressão da receita de 11% dos investimentos da cidade desembolsados, que é bastante significativo. Mostra que é possível sim fazer gestão, mesmo em tempos em que a arrecadação é baixa, como nós mostramos há pouco. Com relação às dívidas. Tenho trazido aquelas despesas sem empenho da gestão passada, que totalizaram seiscentos e quatorze milhões de reais. Qual o status dessas despesas? Já pagamos ou os fornecedores renunciaram a trezentos e sessenta e um milhões de reais. Existe um saldo devedor, do ponto de vista de fornecedores, de sessenta milhões que temos efetuado pagamento por meio de parcelas e por meio do leilão de dívidas, que temos feito com alguma regularidade aqui no município de Curitiba. A maior parte da dívida, do saldo devedor, é da Previdência. Temos aí cento e trinta e dois milhões de reais parcelados mais vinte e dois milhões da patronal parcelados, que tinham sido deixados em aberto entre 2016 e 2017. Somados aos parcelamentos efetuados em 2015 pela gestão passada, nós temos um parcelamento total em torno de quatrocentos e cinquenta a quinhentos milhões de reais com a Previdência. Aí temos ainda um saldo do FEAES, mas o FEAES é uma questão contábil que devemos resolver ao longo desse ano de vinte e nove milhões de reais. Então, o saldo devedor é de duzentos e cinquenta e dois milhões de reais do qual a grande parte diz respeito às dívidas previdenciárias que o município parcelou frente ao seu Instituto de Previdência. Aí com relação aos leilões. Os leilões têm se mostrado, a sistemática aprovada no Plano de Recuperação da cidade de Curitiba pela Câmara Municipal, têm se mostrado um instrumento bastante efetivo para pagamento dos credores. Já oferecemos oitenta e oito milhões de reais via leilões, tivemos um deságio médio de 17%, um dinheiro que a prefeitura deixou, portanto, de pagar, economizou aos cofres públicos, equivale a quinze milhões de reais esse desconto, pagamos, desembolsamos setenta e três milhões de reais neste período entre 2017 e este primeiro quadrimestre de 2019 em nove leilões. Este é um gráfico que sempre tenho trazido, despesa de custeio na Saúde. A Superintendente Daniele vai trazer de volta este gráfico, tenho certeza, na LDO. Então, percebam isso, é justamente a gestão do orçamento da cidade do ponto de vista da Saúde. Quanto o município tinha de orçamento inicial de recursos do Tesouro Municipal em 2015 e 2016? Tinha vinte e três e dezessete milhões de reais respectivamente. Isso significa apenas uma parcela da Fundação de Saúde - FEAES. Ou seja, o município tinha recurso para bancar um mês da FEAES e depois tinha que reajustar o orçamento, um orçamento

completamente irreal do ponto de vista da Saúde. Nós conseguimos ajustar e temos feito um esforço muito grande com relação a isso. Então, subimos em 2017, em 2018 e em 2019, até que em 2020 chegamos a uma previsão de duzentos e quarenta e nove milhões, sendo que a Saúde gastou em torno de duzentos e cinquenta e seis milhões de reais em 2018. Ora, V.Exas. podem dizer: "Mas ainda está abaixo. Curitiba ainda está provisionando recursos inferiores." Porque o equilíbrio orçamentário é impossível de ser atingido de um ano para o outro. Nós tivemos que fazer frente a despesas de Previdência, incluir no orçamento, mas estamos muito mais equilibrados quando comparados ao orçamento inicial de 2014, de 2015 e de 2016. Com relação às nossas metas e limites. Então, temos aí um resultado primário na LDO de deficit de cento e sessenta e oito milhões de reais. Ele se reverte ao longo do exercício. Já no primeiro quadrimestre temos uma previsão de quinhentos e sessenta e dois milhões de resultado primário e isso não significa superavit. Esse resultado primário é o esforço que o município faz para pagar as suas operações de crédito, por assim dizer. Não é o superavit financeiro que o município guarda ao longo do exercício, são outros números. Resultado nominal é aquela liquidez que o município tem para fazer frente às suas operações de dívida, quinhentos e noventa milhões de reais. Receitas correntes, acumulado doze meses, oito bilhões de reais. Deduções, oitocentos e trinta e cinco milhões de reais. Nossa receita líquida subiu 0.27%, no acumulado de doze meses. Esse número pode causar alguma estranheza, porque se eu estou dizendo que a receita caiu em termos gerais, a receita corrente líquida não poderia ter subido, mas é porque é o acumulado de doze meses. Então, nós estamos computando aí os doze meses, e não só o quadrimestre. Portanto, nossa receita corrente líquida, de 7.2 bilhões de reais, no acumulado. Limite de despesas com pessoal - estamos em 42.34%, sem o FUC. Isso mostra a estabilização, vamos dizer assim, da administração das despesas de pessoal. Com relação aos últimos exercícios chegou a 46%, e caímos para 42%. Lá em 2016, não está mostrando aqui, não fosse o plano aprovado, chegaríamos a 52%, 53%, se houvesse incorporação de planos de carreira, e que não havia, obviamente, nem condição financeira para isso. Limites com a dívida consolidada líquida, na verdade, Curitiba tem um resultado positivo. Se Curitiba quisesse, hoje poderia pagar a sua dívida. Teríamos caixa para pagar a dívida de Curitiba, porque o nosso limite de endividamento, nossas dívidas com operações de crédito são pequenas. Talvez, num futuro mais próximo, quando Curitiba puder emitir títulos, nós possamos alavancar recursos para investir mais na cidade. Por enquanto, é uma dívida bastante pequena, quase insignificativa no nosso limite. Esse gráfico é bastante importante, e casa com tudo o que tenho dito aqui. Aliás, a apresentação poderia ser resumida nesse gráfico. Eu poderia passar trinta, quarenta minutos, até peço perdão por tomar tanto tempo da Câmara, mas tento ir com calma e explicando aos poucos cada um dos gráficos. Então, esse talvez o gráfico mais importante que demonstra o quando o município gastava, a cada exercício, do seu orçamento anual, com despesas de exercícios anteriores. Esse número, desde 2014, vinha aumentando. E por que era pequeno em 2014? Porque foi aprovado aqui pela Câmara a novação da dívida, da gestão que se encerrou anteriormente. Então, se conseguiu manter um patamar relativamente estável, vinte e três milhões de reais, subindo para cento e vinte e dois, aí sim já um descontrole, cento e noventa e seis milhões de reais para 2016, com relação a 2015. Em 2017, sem o Plano de Recuperação, imaginávamos quatrocentos e noventa e três milhões do orçamento de 2017, para pagar 2016, 2015, etc. Então, conseguimos, como vocês podem ver na linha azul do gráfico, com a novação e com as medidas que foram implementadas, diminuir esse comprometimento. Em 2017 pagamos sessenta e cinco milhões de reais. Em 2018, nove milhões de reais. Em 2019, estamos em aproximadamente duzentos mil reais, esse número deve subir um pouco mas, mesmo assim, dentro de um patamar aceitável, do ponto de vista de gestão orçamentária. Esse gráfico, certamente, independente, sempre repito isso, do

Secretário ou da Secretária de Finanças que vier a ocupar essa honrosa Tribuna, deve ser mostrado do ponto de vista de saúde financeira. E percebam que casa, inclusive, com o fundo, porque se existisse uma crise fiscal no município de Curitiba, e o Fundo de Recuperação e Estabilização fosse operante, o fundo que ocuparia espaço desses lugares, dessas despesas, e não o comprometimento com o orçamento da cidade, que gera sempre sobrepreço nas licitações. Porque, que fornecedor vai acreditar que a cidade paga em dia as suas obrigações? Então, é claro que ele já embute no preço oferecido à cidade uma taxa com relação a inadimplência, e também, juros decorrentes de parcelas pagas em atraso. Então, o município acaba perdendo duplamente, seja no preço, seja no atraso, que paga com juros e correção monetária. É isso que nós temos evitado, e queremos evitar para o futuro. A nossa dívida bruta e líquida - na faixa azul mostra o valor total da nossa dívida, ou seja, das operações de crédito e também da dívida de Curitiba, a maior parte com a Previdência. Percebam aquele salto entre 2016 e 2017, de quinhentos milhões de reais, a maior parte com relação a Previdência do município. E, na linha vermelha, significa o quanto o município tem de capacidade para honrar essas obrigações. Quanto menor, melhor. Então, temos hoje uma capacidade de caixa muito melhor para enfrentar as nossas dívidas, do que tínhamos antes, entre 13/16 e que acompanhava a nossa dívida pública. Composição da nossa dívida externa, o BID tem 66%; Agência Francesa 33%; Fonplata 1%, nas operações já existentes em Curitiba. Vale dizer que a Agência Francesa esteve aqui na semana passada, sinalizando com relação ao Caximba. É um projeto muito importante para a cidade, que o Prefeito Rafael Greca tem buscado soluções, alternativas e a solução que se mostra mais viável, até o momento, é justamente com a Agência Francesa, mas seria uma nova operação para reestruturação do Caximba. Já finalizando, Sr. Presidente. O perfil da nossa dívida. Como eu disse, a maior parte é o regime próprio da Previdência Social. Já amortizamos uma parte, mas ainda temos quatrocentos e dez milhões de reais para pagar. O que são esses quatrocentos e dez milhões de reais? São recursos devidos à Previdência entre 2014 e 2016 que não foram repassados e que tiveram que ser parcelados com o instituto nesse período. Depois temos Caixa Econômica, mas daí são operações de crédito mesmo, Pasep é uma dívida, aliás, uma dívida bastante significativa para o município de Curitiba. A Receita Federal ainda tributa 1% das receitas do município, infelizmente, essa é uma discussão que temos junto à Associação de Secretários de Finanças, tentado sensibilizar a Receita Federal até agora sem sucesso, diga-se a verdade, em torno de cem milhões. Precatórios em torno de noventa milhões para pagar neste exercício, inovação oitenta e sete milhões, e outras. É bom lembrar que já pagamos boa parte dos precatórios, um volume bastante significativo entre 2017 e 2018. Limites com garantias. São 3.32%, limite máximo de 22%, alerta de 19%, então operações de crédito, garantias bastante razoável, bastante abaixo dos limites, limites com operação de créditos, operações internas e externas 0,4%, a antecipação da receita não fazemos e o limite máximo para operações internas e externas é de 16%. Estamos aí muito abaixo dos limites possíveis. Assim como serviços de publicidade e propaganda. Temos um limite máximo aprovado na Lei de Responsabilidade Fiscal de 0.60% e gastamos apenas 0.12% com relação a esses serviços. Aliás, uma média bem inferior aos últimos exercícios do quadrimestre. Índices constitucionais. É claro os índices tanto da Saúde como da Educação são empenhados ao longo do exercício. Então, o atingimento por índices se vê pelo montante ao final do exercício, mas com relação à Saúde nosso exigente constitucional de 15%, realizamos 1.8 bilhões de reais, empenhamos duzentos e noventa e seis, liquidamos duzentos e oitenta e cinco, estamos com 16.29. Curitiba sempre gasta muito mais do que o limite constitucional. Aliás, volto a dizer, o limite constitucional, tanto da Saúde quanto da Educação, nosso ponto de vista de eficiência do gasto pouco importa. O que importa é a qualidade do serviço prestado à população. Se Curitiba

presta um serviço de qualidade com um índice suficiente, o que importa é o serviço na ponta prestado ao cidadão. Com relação à Educação, a exigência constitucional de 25%. Isso se realiza ao longo do tempo, principalmente, com o 13º, enfim, essas despesas que entram aí. Para o índice realizamos 1.8, desempenhamos trezentos e oitenta e seis, liquidamos já trezentos e vinte e seis, estamos em vinte e um, deveremos chegar em torno de 26% ao longo de 2019. É isso. Então, só para finalizar, o nosso aplicativo Nota Curitibana já está no ar, inclusive com os QR Code ali, do lado esquerdo da tela. Então, fiquem à vontade para baixar, inclusive nessa nova fase do aplicativo. Muito obrigado, Sr. Presidente, desculpe a demora. Fico à disposição para perguntas.- O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado, Secretário, pela explanação. Temos alguns Vereadores inscritos aqui, os integrantes da Comissão de Finanças, temos a Vereadora Josete já inscrita e o Vereador Serginho, depois o Vereador Pier. Temos inscritos também os Vereadores Noemia Rocha e Bruno Pessuti. Peço aos Senhores Vereadores que façam a inscrição na sequência. Lembrando, dentro do possível, sei que a explanação é longa, são vários questionamentos, mas tentar fazer a pergunta em dois, no máximo em três minutos, para que possamos ter a resposta do Secretário nos blocos. Com a palavra a Vereadora Professora Josete.- A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Bom dia a todos. Agradecer a presença do Secretário. Gostaria de colocar alguns aspectos para esclarecimentos. Primeiramente, uma pergunta mais genérica. Tem chegado para nós algumas queixas em relação à falta de material básico em CMEIs e em unidades de saúde. Então, perguntamos: está havendo algum tipo de contingenciamento? Se está, em que áreas isso está acontecendo? Em relação à renovação dos contratos, temos acompanhado alguns. Existe um critério da Secretaria de Finanças para essa renovação? Enfim, o reajuste da inflação ou outro critério? Ou cada secretaria adota o seu próprio critério? Essa é uma dúvida também. Depois observamos na sua fala, Secretário, o relato de que há uma queda de 4.27%, ou no geral 5.30% das despesas do Município. Então, vemos que é uma tendência, aqui no quadro de despesa há uma queda. Mas nos chamou a atenção na função 18, que é a gestão ambiental, dois itens ali: a preservação e conservação ambiental. Então, comparando o primeiro quadrimestre do ano passado com esse ano, aliás, esse é o primeiro bimestre porque, na verdade, não recebemos o quadrimestre, mas aqui percebemos um aumento de 30.8%, aproximadamente. No controle ambiental, um aumento de 304.5% também. Então, gostaria de saber quais são os contratos que compõem esses dois elementos aqui para entender o porquê desse salto, se é uma tendência, em todas as demais há uma queda, aqui houve um aumento expressivo. Outro aspecto mais geral é em relação ao Fundeb. Na sua fala o senhor apontou uma queda de 4.44% nas receitas do Fundeb. Eu gostaria de saber se esse impacto diz respeito à emenda 95, ou enfim, são cortes do atual governo federal. O que levou a essa queda de 4.44% em relação às receitas do Fundeb? Obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Próximo inscrito, Vereador Serginho do Posto.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Vou procurar ser breve. Bom dia a todos. Cumprimento o Secretário Vitor Puppi e toda a sua equipe de finanças que o acompanha. Eu tenho algumas perguntas e algumas reflexões que acho que é importante colocar nesse momento. O senhor disse que hoje apresentou um projeto a esta Casa onde o auditor fiscal fará parte do Conselho de Contribuintes. No ano passado, enquanto estávamos Presidente desta Câmara, recebemos um estudo, os auditores contrataram um escritório de São Paulo, que fez um estudo e apontou que todas as capitais, com exceção de Curitiba, parece-me que era esse dado, já possuía a participação dos auditores. E em outros momentos tínhamos a informação que não poderia prosperar a participação dos auditores, porque quem faz o lançamento fiscal é o auditor. Então, quando ele faz a fiscalização na empresa, ele lança o tributo. E o julgamento no Conselho de Contribuição talvez geraria uma dupla análise desse auditor ou desse setor. Então, sempre ouvimos das procuradorias, inclusive, os outros procuradores gerais que em

outros momentos tivemos a iniciativa, diziam que essa participação talvez poderia gerar. Gostaria que o senhor comentasse sobre isso. Um outro comentário bem breve, eu percebi que com a queda de arrecadação de ICMS, em torno de 6,5%, como que Curitiba afere o Estado, se ele está transferindo corretamente esse valor? Porque o bolo fiscal vai para o Estado e é repassado aos municípios de forma ou demograficamente ou pela arrecadação. Então, gostaria que o senhor colocasse isso também. V. Exa. coloca também que o IPMC em outras gestões não era orçado, ou seja, ele não era colocado no orçamento. Como é esta visão e como poderíamos ter isso? Juntamente com isso, percebo também que nos últimos dois anos o precatório vem aumentando no Município de Curitiba. A gestão passada, salvo engano, nunca apresentou um relatório e por Lei de Responsabilidade Fiscal deveriam apresentar a esta Câmara, todo mês de junho, a relação dos precatórios. A gestão passada não entregou, que eu me lembre, nenhum ano e nesta gestão até fiz a orientação a V.Exa., à Procuradora Geral, enquanto presidente, que era uma falha que poderia ser corrigida. Foi corrigida, porém, percebo que aumentou muito. Como o Secretário de Finanças avalia a postura do Tribunal de Contas em relação as contas dos governos anteriores? Temos desde 2007 as contas dos governos municipais, em especial 2012 até 2017, que esta Câmara não recebeu ainda a prestação de contas por parte do Tribunal de Contas, isto faz com que destoa um pouco.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Serginho do Posto. Com a palavra Vereadora Noemia Rocha.- A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada, Sr. Presidente. Secretário Vitor Puppi, eu tenho muitas perguntas, mas vou tentar resumir. Uma informação que não consegui ainda, foram renovados todos os certificados de regularização previdenciária com a União? Em relação ao ITBI, nessa queda de ITBI, não teria um motivo também no sentido de terem tirado as dez parcelas do cidadão e ter promovido, como era o nosso debate aqui, os contratos de gaveta? Não seria possível que isso esteja acontecendo também? E o que a prefeitura pensa em rever essa lei, essa forma de recebimento. Eu gostaria de saber também como está a situação do FEAES, que não entendi muito bem, ainda há dívida? Em relação ao repasse dos hospitais também. E se Curitiba apresentou projetos de convênios federais em relação a drogadição e ação social, que está tão carente no nosso município. Também uma pergunta sobre a nota fiscal. Qual o montante financeiro da nota fiscal curitibana em relação a essa questão de acréscimo? Outra pergunta. Tem uma preocupação em relação a entender o contrato com a Cavo. A informação que temos é que há vinte anos está sendo prorrogado, o que está sendo feito, como está o processo de licitação do novo contrato em relação a Cavo na cidade de Curitiba? Em relação ao Fundo de Contingência, me interessou. Não temos o risco das próximas gestões, dos próximos governos. Como vai ser o controle dessa questão? Como a Câmara vai participar desse controle? Em relação aos seiscentos milhões de retirada da previdência, como é que está, como é que foi usado, como podemos acompanhar essa questão? Muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora Noemia Rocha. Temos os três primeiros questionamentos. Lembrando que no próximo bloco teremos as perguntas dos Vereadores Bruno Pessuti, Mauro Bobato e Herivelto Oliveira.- O SR. VITOR PUPPI:- Muito obrigado, Presidente. Confesso que as perguntas são bastante volumosas, o que é bom, porque demonstra a linha de raciocínio que temos seguido com a Câmara e demonstra também a transparência que estamos tentando fomentar ai nesse debate financeiro do Município. Começando com a pergunta da Vereadora Professora Josete, falta de material básico e contingenciamento. Não houve contingenciamento do ponto da educação, da mesma forma que na saúde. Não fizemos absolutamente nenhum contingenciamento nem na saúde e nem na educação. Contingenciamos no início do exercício as nossas reservas, como é praxe no Município, mas não contingenciamos e não achamos que ainda é necessários, não temos ainda em vista nenhum contingenciamento. É claro que contingenciamento acaba sendo uma obrigação por vezes do gestor financeiro quando as receitas caem a

determinado ponto. Não chegamos a isso ainda e quero mais uma vez dizer da importância do fundo nesse sentido, se mais para frente faltar material básico nos CMEIs - não me chegou nenhum pedido nesse sentido do ponto de vista financeiro. Se existir o fundo, qualquer contingenciamento pode e deve ser acessado para suprir essas necessidades. Então, não temos hoje ainda qualquer contingenciamento na educação e na saúde. Como se dá o reajuste na renovação de contratos? É uma boa pergunta. Depende muito do contrato. Dependendo da formatação do contrato, existe um índice previsto no próprio instrumento. São índices diferentes para realidades também diferentes. Posso dar um exemplo. Os reajustes de contrato de asfalto, dependem muito da política da Petrobras, como o Governo Federal mudou a política da Petrobras, um dos componentes mais caros nesses contratos é o CAP - Coeficiente de Adequação de Preços, e aí dependemos da variação do CAP para o reajuste. Em razão da subida de preço do CAP, que depende da Petrobras, temos que reajustar os contratos desses fornecedores, diferente, por exemplo da situação da coleta de lixo, que é um outro índice de reajuste. Já respondendo uma das longas perguntas da Vereadora Noemia Rocha, o contrato da Cavo foi licitado, ele estava emergencial há muito tempo, mas foi licitado pela Secretaria de Meio Ambiente e houve inclusive um decréscimo no valor global quando comparado ao que era pago. O que nos permitiu, inclusive, manter o preço em termos reais da taxa de lixo no último exercício. Depende da espécie de contrato. Além disso, temos na Secretaria de Finanças um órgão que foi criado em 2017, chamado Secap, que é coordenação de custos. Esse órgão para determinados contratos, claro que é impossível se revisar todos os reajustes de contratos, mas para determinados contratos esse órgão trabalha para otimizar os custos desses contratos. No site da Prefeitura existe a função de economia que esse órgão conseguiu atingir nos últimos dois anos. Ele funciona bem, porque sempre existe alguma gordura que tentamos tirar nas renovações, quando renovamos. Depende muito da negociação contrato a contrato. Tentamos atacar os contratos maiores para ter uma eficiência maior no gasto, mas também temos limitação de pessoal, gostaríamos de atacar todos, mas não é possível. Depende muito da gestão de cada Secretaria nesse sentido. Despesas de preservação e conservação ambiental, subiram e até vou pedir ao Claudinei passar depois ao gabinete da Vereadora quais são os contratos, mas tenho praticamente certeza que se deve ao fundo da Sanepar, que foi criado com a renovação da Sanepar como a empresa de saneamento que atende Curitiba. Os recursos decorrentes dessa contratação, em torno de cem milhões de reais, foram vertidos para esse fundo, que tem por ocupação maior o meio ambiente. Existia um acréscimo nos serviços de meio ambiente da Prefeitura e os recursos vêm dessa verba da Sanepar. Com relação ao Fundeb, a diminuição de 4.4% na arrecadação, a princípio me parece que também tem reflexo na arrecadação do governo federal e de emendas. Vou pedir para o Claudinei confirmar também qual é a origem dessa queda de 4.4%, mas a arrecadação do governo influencia diretamente a transferência para o município do Fundeb. Mas depois faço questão de passar para o gabinete. Com relação às perguntas da Vereadora Noemia, depois finalizo com o Vereador Serginho, a certidão previdenciária do município foi conferida, até por força de uma decisão judicial da 1ª Vara Federal aqui de Curitiba. Então, o município tem hoje a certidão previdenciária decorrente de uma decisão judicial, do Juiz Friedmann, da 1ª Vara Previdenciária. E se discutia, dentre outros aspectos, algumas questões que demonstram que a Secretaria da Previdência Social, responsável por centenas ou milhares de fundos próprios, com uma equipe muito pequena, trata todos os fundos da mesma forma. Com relação a Curitiba, para se ter ideia, até gostaria de explicar a razão, um dos motivos que levou a secretaria a questionar o IPMC, o custeio do IPMC é pago com recursos do orçamento de Curitiba proporcionais à arrecadação do IPMC. Mas não é a contribuição do servidor que paga o custeio, é o recurso geral da Prefeitura. A Secretaria da Previdência não entendia isso. Entendia que quem

estava pagando era o recurso da patronal e esse excesso era devolvido para a Prefeitura. Ora, até agora eles não entenderam que quem paga o IPMC é o tesouro do município e não a contribuição do servidor e por isso negativaram a certidão do município do ponto de vista previdenciário. Então, são questões que demandam explicações e explicações à Secretaria da Previdência Social, que tem pouquíssimos funcionários, meia dúzia de funcionários, por assim dizer, e que tem a ocupação de cuidar de entes, Estado do Paraná por exemplo, com o Paraná Previdência, Curitiba e também municípios minúsculos, pequenos, e não tem nem condições de tratar diferente, mas trata todos na mesma toada. Então, temos sim feito um trabalho contínuo, mas optamos por ingressar em juízo e conseguimos, inclusive a liminar nos conferiu razão, a 1ª Vara Federal de Curitiba. Com relação à queda do ITBI, decorre justamente do desaquecimento da atividade imobiliária, que dá para ver inclusive ali no segmento do ISS. O parcelamento que antes existia correspondia a apenas 6% da totalidade dos pagamentos do município. Era bastante irrelevante do ponto de vista de arrecadação. Tornou-se, diante da nova sistemática, impossível de ser adotado, porque hoje o contribuinte paga na escritura. E sobre o questionamento de contratos de gaveta, parece-me que antes sim o contribuinte fazia a escritura e não registrava na matrícula e o ITBI ficava anos e anos e anos e anos aguardando o pagamento. Com a reforma, evitamos esse estoque de escritura sem registro na matrícula, porque hoje ao fazer a escritura e pagar o ITBI tem-se apenas o custo do cartório mas não tem nenhum desincentivo para registrar na matrícula. Se existem contratos de gaveta, que sinceramente julgo hoje difíceis, não inexistentes, em razão da insegurança jurídica que geram, mas antes existiam as escrituras e também insegurança porque o contribuinte fazia às vezes, infelizmente, o mau proprietário vendia duas ou três vezes o imóvel, isso acabou sendo desincentivado também indiretamente com a reforma. Com relação ao FEAES, existiam três parcelas que não foram pagas em 2016, um saldo aberto aproximado de sessenta milhões de reais que temos equilibrado com a execução orçamentária. Desde 2017 pagamos em dia todas as parcelas do FEAES. Esse saldo de vinte e nove milhões se refere a 2016 e que estamos tentando equilibrar, do ponto de vista contábil, sem despender esforços do tesouro. Estamos chegando em uma sistemática em que nós queremos continuar pagando em dia o FEAES, mas também limpar aquele estoque de 2016, que são esses vinte e nove milhões que ainda restam no balanço. Convênios federais e ação social, gostaria de redirecionar essa pergunta para a FÁS. Vou pedir inclusive para o presidente Thiago Ferro encaminhar essa resposta ao vosso gabinete. Nota fiscal, aumento da arrecadação do ponto de vista financeiro. Aumentamos em 22% a emissão de notas fiscais com o programa Nota Curitibana, com o CPF indicado. É impossível saber, em razão do sistema, o quanto isso representa em números financeiros. Mas, mesmo assim, a arrecadação do ISS tem crescido. Temos certeza de que decorre da maior emissão de notas fiscais, assim como no Nota Paraná; no Nota Paraná é exatamente a mesma situação, é a somatória de esforços que faz a arrecadação aumentar. A pergunta da Cavo, já respondi. A do Fundo de Recuperação, realmente, controle e eficiência, vai depender, claro, da eficiência das próximas gestões. A cidade sempre vai ter que se esforçar para, num esforço fiscal, abastecer o fundo, para poupar para momentos de dificuldade. E, aí, depende também da capacidade, da execução dos próximos gestores. Com relação à compensação, e já concluindo, do IPMC, foi finalizada em 2018. E, em virtude dessa compensação, conseguimos abrir espaço orçamentário para manter em dia, em 2017 e 2018, os repasses do Instituto. Então, também estamos adimplentes com o Instituto. Vou pedir, Presidente, mais alguns minutos para responder ao Vereador Serginho do Posto.- O SR. PRESIDENTE:- Concedemos mais três minutos.- O SR. VITOR PUPPI:- Peço desculpas, mas as perguntas foram realmente mais longas. Os auditores fiscais e o lançamento fiscal. Ora. O lançamento fiscal é prerrogativa do auditor fiscal. E, em outros conselhos, como o Conselho de Contribuintes do Estado,

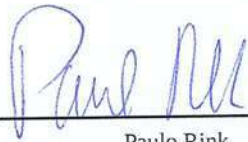
o Conselho de Contribuintes da União Federal, os auditores também participam dessas entidades. O que acontece é que o auditor que efetuou o lançamento não julga em grau de recurso aquele auto de infração, aquele recurso. Isso simplesmente torna possível a participação do auditor fiscal. Aliás, foi o que aconteceu na Junta de Julgamento Tributário, o auditor que fez o lançamento também não julgava o recurso de primeira instância do contribuinte. Então, esse argumento cai por terra nesse sentido. O ICMS e o repasse das transferências. Assim, aferimos, temos um setor que verifica esse tipo de transferência, capitaneado pelo Superintendente Francisco Inocêncio e pelo Celso Bueno, e constantemente verificamos, contribuinte por contribuinte, o valor adicionado. Então, temos um trabalho junto aos contadores do Município para revisar, inclusive, o valor adicionado. Mas, infelizmente, mesmo assim, o valor do ICMS tem caído em Curitiba. Com relação ao IPMC, é bem verdade, não existia a previsão do recurso no orçamento. Então, como que acontecia a contribuição para o IPMC? Passava-se o recurso se desse; se não existisse sobra orçamentária, sobra financeira também, não se passava recurso para o IPMC. Por isso das dívidas entre 2014 e 2016. Essa situação foi completamente saneada a partir do momento em que se previu o aporte do IPMC no orçamento da Cidade. Em 2020, em torno de trezentos e quarenta milhões de reais; uma conta que era zero e que tivemos que criar um espaço. Provavelmente a nossa maior despesa no orçamento, em termos individuais, é o IPMC. Precatórios, pagamos 80% a mais já do que a gestão passada, algo em torno disso. E os municípios que estão em dia, os Estados que estão em dia, não sei se existe algum Estado no Brasil em dia, são penalizados, porque, no Brasil, quem é devedor recebe benesses. A verdade é essa. Estivemos na Central de Precatórios também há algumas semanas, no Tribunal de Justiça, e hoje quem não paga em dia tem regime especial, quem não paga em dia paga apenas um percentual da receita corrente líquida. Em Curitiba, fomos avisados, em junho, julho, que temos uma conta que não sabemos, e temos que enfrentar o pagamento no próximo exercício. A realidade é essa. Pagamos uma boa parte das desapropriações do Caximba no ano passado; imaginem, que aconteceram em 2003, 2004, salvo engano. Então, é uma conta que o Município pagou agora. Precisamos mudar isso no Brasil, precisamos que, quem faz o dever de casa, quem faz os ajustes, seja também privilegiado do ponto de vista dos Governos estadual e federal. Concluindo, Sr. Presidente. Obrigado. Finalmente, com relação ao Tribunal de Contas. É uma pergunta muito importante e que tenho também me debatido: essa demora, às vezes, na análise de contas. Tenho dito inclusive, Vereador Serginho do Posto, que é preciso existir contemporaneidade entre a análise do Tribunal de Contas e o prazo da gestão. Não é possível que se demore para analisar, criando uma insegurança para o Município, para o gestor e para o ex-administrador, que não é punido, ou, se é punido, é punido vinte anos depois, inclusive não tem mais os documentos para apresentar ao Tribunal de Contas. Então, essa situação que realmente precisa ser modificada no Paraná, no Brasil, devendo essas prestações de contas serem julgadas de forma contemporânea. Aliás, se continuar assim é realmente muito difícil achar pessoas capacitadas que enfrentem um desafio de ser o Gestor Público.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Vamos ao bloco de perguntas, lembrando que temos as inscrições já feitas pelos Srs. Vereadores. As perguntas da população que forem feitas eu peço que encaminhem por escrito. Eu tenho até o momento aqui as questões dos Vereadores tão somente, então, que façam o questionamento por escrito. Nesse bloco temos os Vereadores Bruno Pessuti, Mauro Bobato, Herivelto Oliveira e Pier Petruzzello. Vamos fazer um bloco só com os quatro Vereadores e o Secretário responderá já fazendo suas considerações finais. Com a palavra o Vereador Bruno Pessuti.- O Sr. Bruno Pessuti:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia, Vitor e demais assessoria. Mais uma vez parabenizar a Prefeitura pela regulamentação dos aplicativos de transporte, toda vez que você apresentar esses dados aqui na Câmara eu irei fazer essa comemoração, porque foram vinte e quatro

milhões arrecadados em vinte meses. E esse valor poderia ser ainda superior se o ISS da prestação de serviço pelas operadoras fosse realizado em Curitiba, uma estimativa de quinhentos mil reais a mais por mês, talvez, aproximadamente ou até mais. Porque o preço público é variável de acordo com a distância e eu fazia uma conta aqui junto ao Vereador Bobato, para ir até a casa dele, que fica lá no Umbará, seria um real de preço público e cinquenta ou setenta centavos aproximadamente só de ISS pela prestação de serviço num dos aplicativos. Obviamente que isso variaria. Mas seria muito importante vencer essa guerra para fazer com que o Município seja o efetivo recebedor dessa tomada de serviço. E também uma sugestão, com certeza é um debate que se inicia na cidade, mas que o eventual preço público dos patinetes e das bicicletas compartilhadas possa ser sim efetivado e que a totalidade desse recurso seja utilizada na manutenção das calçadas urbanas. Se nós conseguirmos fazer com que, efetivamente, isso aconteça, o debate será muito mais amplo, porque muito mais do que proibir, temos que educar e dar oportunidade para que as pessoas se movimentem na cidade. Também referente ao ICMS verde, se as RPPNs municipais podem auxiliar na arrecadação, visto que o ICMS tem caído no Município, de que forma isso pode ampliar? Outra pergunta, sugestão, utilizar o CPF do motorista, não a placa do carro nos estacionamentos, para que seja feito esse tipo de registro, para melhorar ainda mais a arrecadação do Município nessa área. E uma pergunta: se a PEC da energia elétrica, se não me engano a PEC 49, pode melhorar a arrecadação do Município, já que vai trazer o ICMS todo para o Estado do Paraná, da arrecadação de energia? O Sr. Mauro Bobato:- Pela ordem, Sr. Presidente. (Assentimento). Peço prorrogação de quinze minutos desta audiência.- O SR. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento verbal do Vereador Mauro Bobato que pede prorrogação de quinze minutos. (Pausa). APROVADO. Com a palavra o Vereador Mauro Bobato.- O Sr. Mauro Bobato:- Obrigado, Sr. Presidente. Desejar boas-vindas ao Secretário Vitor, ao Alexandre que estava por aqui também e a toda sua equipe que, na medida do possível, tenta nos esclarecer como funciona a dinâmica da gestão pública. A intervenção, como você falou, para os gestores cada vez mais complicado, mas eu queria fazer só dois breves questionamentos que talvez nem fosse para sua pasta, mas quem sabe você possa me orientar também. Pelo que me passaram, tinham dois empréstimos viabilizados junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica para um programa de implantação de asfalto. Alguns questionamentos do Tribunal de Contas, essa ingerência indevida, que mesmo sendo leigo acredito ser indevida, porque eu acho que o Tribunal de Contas deveria intervir depois na aprovação ou não das contas, não nesse primeiro momento, que acabou acarretando um atraso e vamos perder. Serão perdidos esses empréstimos, Vitor? E o outro questionamento seria sobre emendas. Eu direcionei alguma coisa para asfalto, alguns trechinhos de asfalto na comunidade, que me foi falado que iria ser feita a implantação nesse pacote. Como se tornou meio inviável, estão se questionando, estão tentando, foi feita uma licitação para adequar os projetos, sei que foge um pouco da sua pasta, mas se puder orientar. Eram os questionamentos que eu tinha. Agradeço a sua equipe, porque na medida do possível, quando a gente tem dificuldades, sempre a gente consegue esclarecer.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, Vereador Herivelto Oliveira.- O Sr. Herivelto Oliveira:- Obrigado, Presidente Paulo Rink, Secretário Vitor Puppi, obrigado pela sua presença, pelos seus esclarecimentos. Na verdade são dois comentários que eu gostaria que o senhor fizesse. O senhor falou em queda de ICMS, em queda de ITBI, em queda de IPVA, atribuindo a cada um fatores diferentes. Essas quedas não seriam em função do momento que estamos vivendo, o momento econômico do país? Tudo está caindo de uma maneira progressiva. E o segundo questionamento é em relação a esse aumento nos impostos tecnológicos, se é que a gente pode chamar assim, das contribuições em torno de 13%. O senhor acredita que nos próximos anos esses impostos vão continuar subindo na mesma proporção ou é um número que tende a cair à medida

em que o tempo passa? Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, Vereador Pier Petruzzello, encerrando as perguntas dos Vereadores.- O Sr. Pier Petruzzello:- Bom dia a todos. Cumprimento toda a equipe de Finanças aqui presente, parabéns pelo trabalho desenvolvido ao longo de mais este ano. Parabéns, Vitor Puppi, nosso estimado Secretário, mentor do Plano de Recuperação do Município de Curitiba e três perguntas bastante objetivas: 1) Qual a importância do Fundo de Recuperação para a nossa cidade? O fundo causará aumento de impostos? 2) Como estão os pagamentos das dívidas deixadas pela gestão passada? 3) Qual a tendência da transferência de ICMS para o município de Curitiba? Ah, e uma última pergunta: Qual o impacto sobre o IPMC da proposta de reforma da Previdência no Congresso Nacional? Muito obrigado. Parabéns! O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, Secretário Puppi. Nesta rodada temos uma prorrogação de quinze minutos. São exatamente 11h20min, tentaremos terminar lhe dando dez minutos para a sua explanação e resposta às perguntas dos Srs. Vereadores. Muito obrigado.- O SR. VÍTOR PUPPI:- Iniciando pelo Vereador Bruno Pessuti, obrigado pelas perguntas. O ISS e os aplicativos de transporte. Qual a situação atual do ISS por esses aplicativos? A Uber, que é a maior empresa no segmento em atividade no Brasil, recolhe, principalmente para São Paulo, mas também recolhe para Porto Alegre, Distrito Federal, salvo engano, e Vitória, alguma cidade assim. O que aconteceu? Os municípios começaram exercer certa pressão, porque se escolheu esses municípios e não outras capitais também. E o fato é que foi sugerido um projeto de lei no Congresso Nacional que descentraliza a arrecadação do ISS do transporte coletivo. A partir do protocolo desse projeto as empresas lavaram as mãos e disseram: "Vamos aguardar essa resolução pelo Congresso Nacional!" O problema, Vereadora, é que se considerarmos a operação, por exemplo, de cartão de crédito, vale lembrar que em 2017 eu estive aqui e não me lembro se foi V.Exa. que também questionou sobre qual seria o impacto. Até hoje nenhum! Porque é praticamente impossível recolher o ISS em diferentes sistemáticas em mais de cinco mil municípios. Então, a grande verdade é que parece que se amarrou um bode na sala com esse Projeto de Lei de Descentralização e simplesmente agora que se aguarde o Congresso Nacional julgar como vai acontecer. A arrecadação do ISS, acredito, que seria ainda maior do que do preço público. A arrecadação do ISS do aplicativo é tão importante ao ponto do município de São Paulo propor uma espécie de acerto em que se passasse a verba, 80/20, 60/40, ao longo dos anos. Então, São Paulo também não quer perder a arrecadação da Uber. É uma situação complicada a respeito do que acontece com os cartões de crédito. Mais uma promessa que se fez aos municípios, capitaneado pelo CMN, mas que na prática não se fez valer. A do cartão de crédito está suspensa por uma decisão liminar do Ministro Alexandre de Moraes, do STF, dizendo que em razão da prática era impossível fazer esse recolhimento dos cinco mil municípios. Com relação ao preço público da mobilidade de bicicletas e patinetes, é interessante, inclusive pode abastecer o Fundo das Calçadas, dependeria de uma previsão legal do Fundo das Calçadas. Mas nada impede que esses recursos sejam para lá direcionados. Eu sempre tenho a tendência, isso é um pouco de viés de Fazenda, de fazendário, que é aglutinar os recursos para distribuir, mas podem também ser distribuídos diretamente para as calçadas. Essa é uma decisão da Câmara, do prefeito, enfim, é possível fazer isso sim. ICMS Verde - nós temos feito uma gestão junto ao IAP para registrar essas áreas do ICMS Verde em Curitiba, que é um item importante na composição da distribuição do ICMS. Nós temos constantemente atualizado essas áreas, mas acontece é que, considerando 75% do valor adicionado, acaba tendo um impacto não tão grande. E a sua última pergunta, da PEC da energia, sem dúvida, porque a Copel está aqui. Então, certamente teríamos um impacto. Não sei mensurar, mas me parece, à princípio, sem ter feito um estudo técnico, que existiria sim um ganho bastante significativo para Curitiba. Ao lado da PEC da energia também corre essa PEC para mudar o critério de distribuição do ICMS,

considerando aí um critério populacional. A PEC tem andado, e o que se discute é a fixação já da população na emenda, porque se for deixado para as assembleias legislativas, obviamente cada um dos deputados estaduais tenderá a puxar um pouquinho para o seu lado. Mas, me parece muito justo o critério da população, porque é onde a população está, é onde precisa realmente de recurso. O CPF do motorista no estacionamento - nós temos desenvolvido, estamos estudando um aplicativo, como eu disse, para emitir a nota fiscal no aplicativo. Isso tornará mais fácil porque realmente, hoje, para emitir uma nota fiscal é muito demorado, o contribuinte recebe por e-mail. A nossa intenção é que no aplicativo, com o CPF do contribuinte e o valor, já seja possível, em questão de poucos minutos, emitir a nota fiscal, a exemplo do que acontece no cupom fiscal da padaria, que é ICMS, e que é rápido. O CPF na nota é muito mais rápido do que o CPF do serviço. Estamos evoluindo nesse sentido, depende sempre de sistemas, e claro, existem restrições do ponto de vista de recursos, mas temos investido para facilitar. Já vou até deixar anotado para o Mario Nakatami essa questão do CPF do motorista no estacionamento, para estudarmos, que é uma atividade que realmente precisa sempre ser fiscalizada e tem uma arrecadação bastante significativa. Com relação as perguntas do Vereador Mauro Bobato, empréstimos para asfalto, Caixa e Banco do Brasil, tivemos sessenta milhões de reais aprovados pela Câmara, que foram aprovados pelo Banco do Brasil. O desencaixe dessas parcelas depende dos projetos que o Tribunal de Contas passou a exigir para esse tipo de implementação de asfalto, inclusive de saibro. Nós temos uma previsão, se não me engano, agora em maio e junho, para fazer o desembolso. Então, não corremos risco de perder o empréstimo do Banco do Brasil. Com relação a Caixa, não temos nenhum contrato fechado. Temos sessenta milhões de reais com o Banco do Brasil, e com a Caixa tínhamos a sinalização de sessenta milhões de reais. A verdade é que sabemos que não só a Caixa, como outras instituições financeiras privadas também querem emprestar para Curitiba, porque a cidade agora tem condições, e tem rating na Secretaria do Tesouro Nacional de bom pagador. Então, estamos estudando, no futuro depende muito mais da velocidade dos projetos do que do ponto de vista financeiro. Estamos aguardando esses projetos serem liberados, e os lotes serem desembolsados pela Secretaria de Finanças. Com relação as emendas, já passei para o Claudinei, que vai verificar especificamente com a Secretaria de Governo. A gestão das emendas fica à cargo da Secretaria de Governo, e nós cuidamos mais da liberação do ponto de vista financeiro-orçamentário. Nesse sentido me parece que não haveria problema, mas vou pedir para verificar com relação alocação da emenda do Vereador. Agradeço as perguntas do Vereador Herivelto Oliveira, são bastante importantes. Essa queda de arrecadação, as transferências de ICMS, IPVA e ITBI, uma boa parte, sem dúvida nenhuma, diz respeito ao cenário brasileiro. Não é segredo que as previsões do PIB caindo a cada semana, hoje mesmo eu li no Valor Econômico que se reduziu mais 0.2% a previsão do PIB para esse ano, a atividade econômica reflete diretamente na arrecadação do ICMS. Mesmo assim, Curitiba vem perdendo. Por mais que a arrecadação do Estado aumente, proporcionalmente Curitiba sai perdendo, porque diminuiu o índice de participação. Por isso é fundamental, como eu disse ao Vereador Bruno Pessuti, que se reestude, ou se pense uma nova proposta de divisão de recursos do ICMS. Mas, boa parte sim é fruto dessa crise que o Brasil ainda vivencia por muito tempo. O IPVA da mesma forma. Além da tendência que existe da diminuição de emplacamentos, é claro que as pessoas compram menos carros, em razão também da crise, do crédito, de tudo isso. O ITBI, que parece ser uma queda bastante identificável na construção civil. Construção civil desacelerou e o ITBI também, da mesma forma como o crédito. O ITBI e as transferências de imóveis dependem muito do crédito. O crédito no Brasil ainda é caro, as pessoas têm segurado muito e as atitudes financeiras também. O crédito, acredito que com a melhora, queremos acreditar a partir do segundo semestre no cenário nacional, a

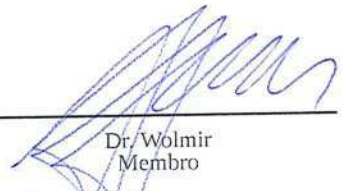
arrecadação volte a subir. E nesse sentido do ISS tecnológico, se é uma tendência ou não, eu diria o seguinte: a tendência é que o serviço de tecnologia cada vez cresça mais. Se vai ficar em Curitiba ou vai para outros municípios, depende muito do que nós fizermos aqui na cidade. Iniciativas como o Vale do Pinhão, o Fundo de Inovação, protocolado hoje na Câmara, visam justamente a incentivar essa atividade na cidade e reter os talentos e, também, via de consequência, a arrecadação no município. Existe uma competição muito grande de alíquotas, enfim, regimes e incentivos entre as capitais e acreditamos que somente com esse tipo de ferramenta é que a empresa tecnológica fica na cidade. Hoje em dia é muito fácil montar uma empresa pela Internet, enfim, em qualquer local do país. Então, o nosso propósito é incentivar a sede, ou seja, dentro dessas empresas, em Curitiba. Com relação às perguntas do Vereador Pier. Vou pedir para o Presidente conceder mais um pouco de tempo e daí já encaminho para finalizar. (Assentimento). Obrigado, Sr. Presidente. Bom, com relação às perguntas, se a importância do fundo vai acarretar um monte de impostos. É justamente contrário. A previsão do fundo é para evitar o aumento de impostos em época de crise, porque a estratégia que se adota, a primeira coisa que o estado do Paraná fez, sim, o ajuste fiscal de 2015, se aumentou de 12% para 18% milhares de mercadorias à alíquota do ICMS. Nós pretendemos com o fundo justamente não precisar lançar mão desse tipo de iniciativa penalizando o contribuinte, mas se manter a mesma faixa tributária. Acredito que o fundo é, eu diria sem sombra de dúvidas, a consolidação do Plano de Recuperação em Curitiba, e a consolidação de uma proposta de planejamento fiscal a médio e de longo prazo. Tem uma importância simbólica e prática fundamentais importantes para a cidade, do Plano de Recuperação. As dívidas, eu mostrei, ainda temos um estoque da gestão passada na Previdência, que vai demorar ainda muitos anos para ser quitada, e temos ainda muitos fornecedores que estão sendo pagos por meio de leilão ou parcelamento. Com relação ao ICMS, acredito que já cobri a pergunta. Vale sempre uma gestão política com relação a essa emenda constitucional para que Curitiba não seja prejudicada, seja atendida conforme os critérios de população na cidade. Já finalizando, o impacto sobre a reforma da Previdência sobre o IPMC. Fizemos o nosso dever de casa. Curitiba não esperou a reforma do Governo Federal, que era dada como certa no primeiro ano do Presidente Temer. Em 2017, quase ninguém acreditava que alguma coisa não fosse passar na Reforma da Previdência, e acabou não passando, enfim, por circunstâncias que já conhecemos. Então, já fizemos o nosso dever de casa e temos hoje uma previsão orçamentária por aportes, não só em 2019, mas sabemos o crescimento em 2020, 2021 e 2022, assim por diante, e acreditamos que será possível cobrir os aportes do IPMC ao longo do tempo. É claro que se a reforma for aprovada no governo federal, o aumento da idade mínima causará um impacto (I) benéfico para os cofres públicos e deverá, se não manter, diminuir os níveis de aporte que hoje temos com o IPMC. A nossa alíquota já está subindo gradativamente, não numa pancada só, mas é claro, se a reforma for aprovada vai ter efeitos benéficos para o tesouro municipal, embora já tenhamos feito a nossa lição de casa. Era isso, Presidente.- O SR. PRESIDENTE:- Secretário, muito obrigado pela explanação sobre as finanças do nosso Município. Agradeço a compreensão e a participação dos Senhores Vereadores, da população presente também, dos secretários e toda a equipe da Comissão de Finanças, da Secretaria de Finanças do Município. Secretário, gostaria de pessoalmente agradecer a sua presença e a presença da Aline, que fez a apresentação e retornou ao trabalho. Muito obrigado. Está encerrada a audiência pública.- Do que para constar eu, Edson Rebello, Redator, lavrei a presente Ata de acordo com as Notas Taquigráficas, a qual será lida e assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão de Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.-



Paulo Rink
Presidente



Sergio R. B. Balaguer (Serginho do
Posto)
Vice-presidente



Dr. Wolmir
Membro



Ezequias Barros
Membro



Jairo Marcelino
Membro



Mauro Bobato
Membro



Professora Josete
Membro



Tito Zeglin
Membro